

Capacitação em Logística Sustentável

Brasília, 5 de junho de 2014



Conteúdo Programático

- Parte I

- Política Pública de Sustentabilidade
- Contratações Públicas Sustentáveis
- Plano de Gestão de Logística Sustentável

- Parte II

- Roteiro PLS
- Visão Geral dos PLS
- Construindo um PLS

Política Pública de Sustentabilidade - Contexto

As principais mudanças sociais e ambientais no Brasil e no mundo



Tuca Vieira. São Paulo: a cidade formal, Av. Paulista

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Tuca Vieira. São Paulo: Morumbi x Paraisópolis

Fonte: UNEP

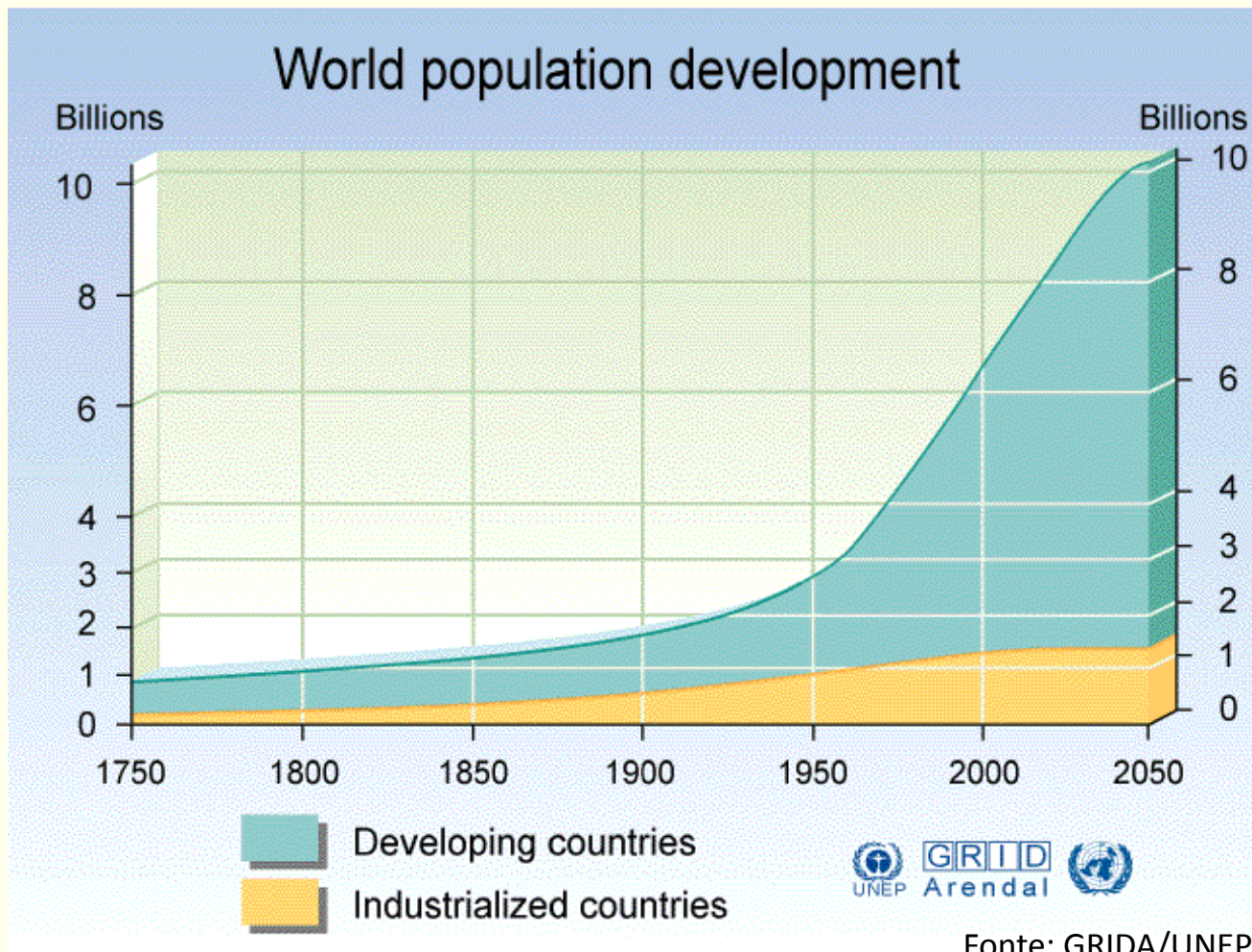
Desigualdade entre países: riqueza per capita varia entre: 1.960 dólares para a Etiópia a 600.000 dólares para a Suíça.

225 pessoas mais ricas do mundo possui um patrimônio estimado em US \$ 1 trilhão = renda anual de 2,5 bilhões de pessoas mais pobres do mundo.

Um terço da força de trabalho do mundo é desempregado ou subempregados ou são trabalhadores pobres.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Política Pública de Sustentabilidade - Contexto



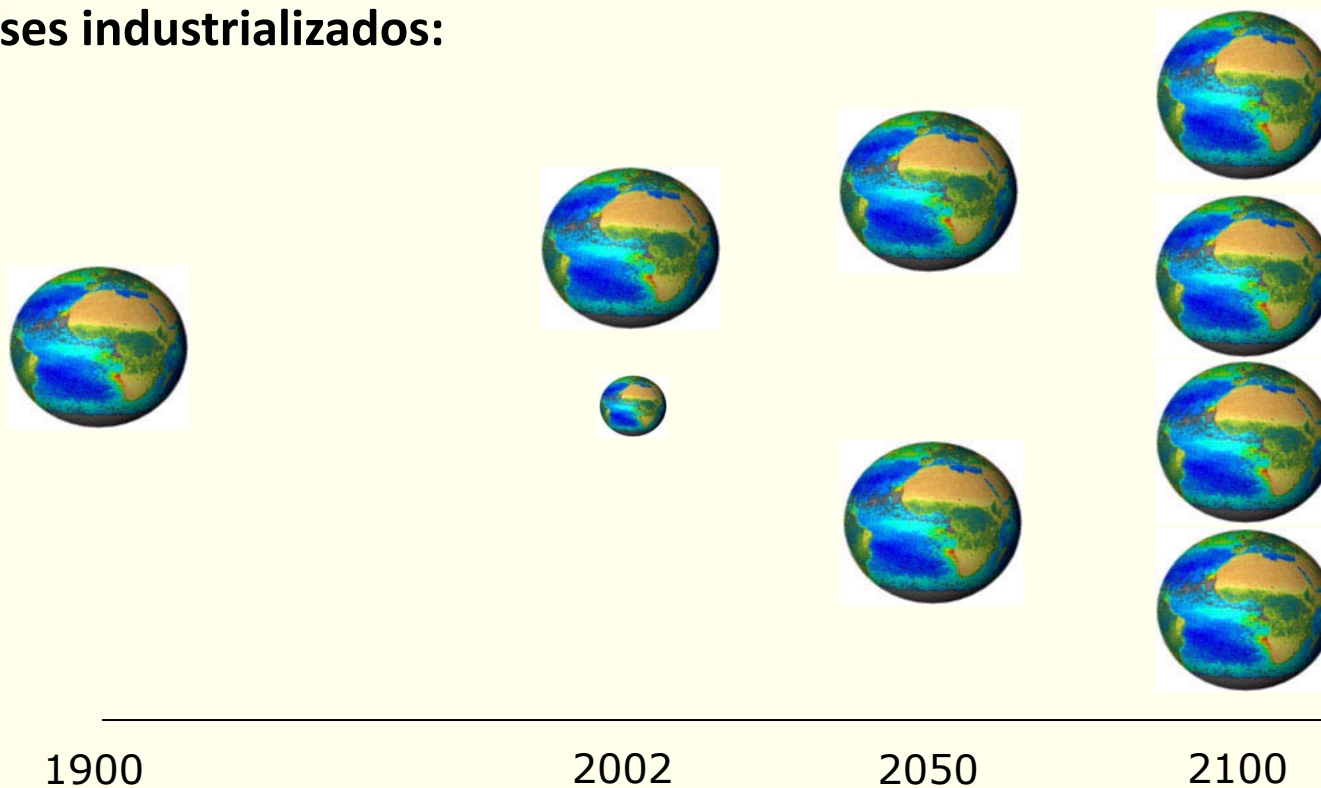
Política Pública de Sustentabilidade - Contexto



- *Maior o número de pessoas*
- *Maior a quantidade de recursos*
- *Produção e consumo: compras*
- *Capacidade do planeta: resiliência.*
- *Impactos! Mais de 12 mil espécies ameaçadas de extinção*

Quantos planetas precisamos?

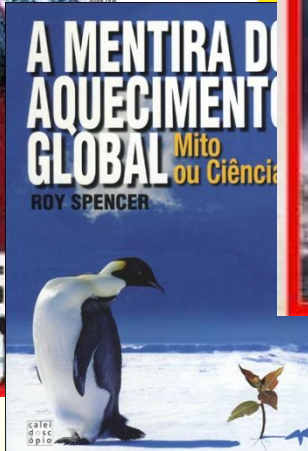
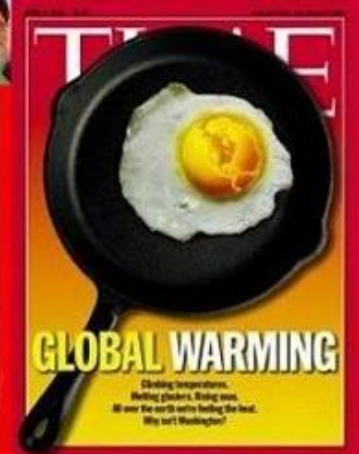
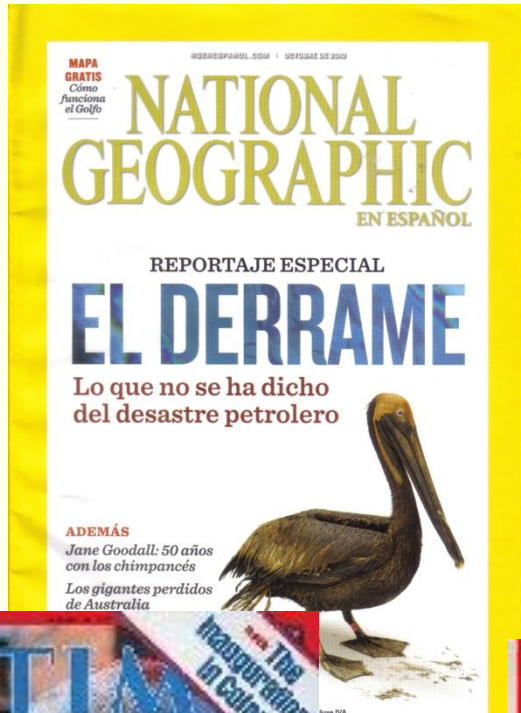
Se continuarmos adotando/mantendo esse modelo de produção e consumo dos países industrializados:



Fonte: UNEP

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Política Pública de Sustentabilidade - Contexto



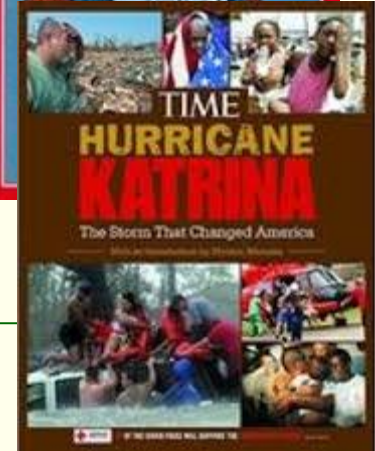
Alagou geral



Foto e texto de Jairo Crioca

Ministério do Planejamento

A coordenação da Defesa Civil já jogou a toalha. Não há equipes suficientes para atender as famílias que precisam ser retiradas de áreas alagadas no município de Rio Branco. Amanhã será ampliada para 30 as frentes de trabalho. Garis passaram a ser envolvidos na operação. Na entrada do bairro Taquari, hoje no final da tarde, muitos moradores foram ao desespero quando a chuva molhou seus pertences. Não há lona para cobrir os móveis de quem enfrenta filas de espera para ser transportado até o Parque de Exposições. **Leia mais**



Política Pública de Sustentabilidade - Contexto

1987: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU - "Nosso Futuro Comum".



Ministério do Planejamento



Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima: mecanismos para o controle;



2002: Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10);



2012: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).



Rio 92 - Agenda 21 - padrão de desenvolvimento;

Política Pública de Sustentabilidade - Contexto

"A principal causa da deterioração contínua do meio ambiente global é o padrão insustentável de produção e consumo, particularmente nos países industrializados."

- Nações Unidas Agenda 21 Relatório



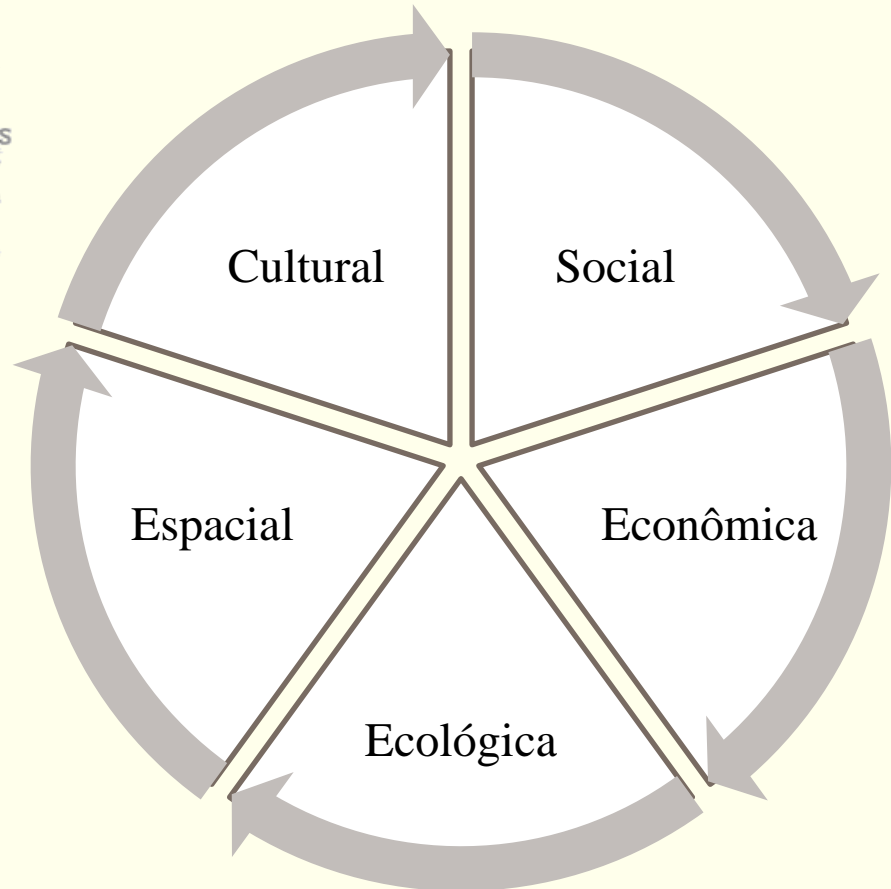
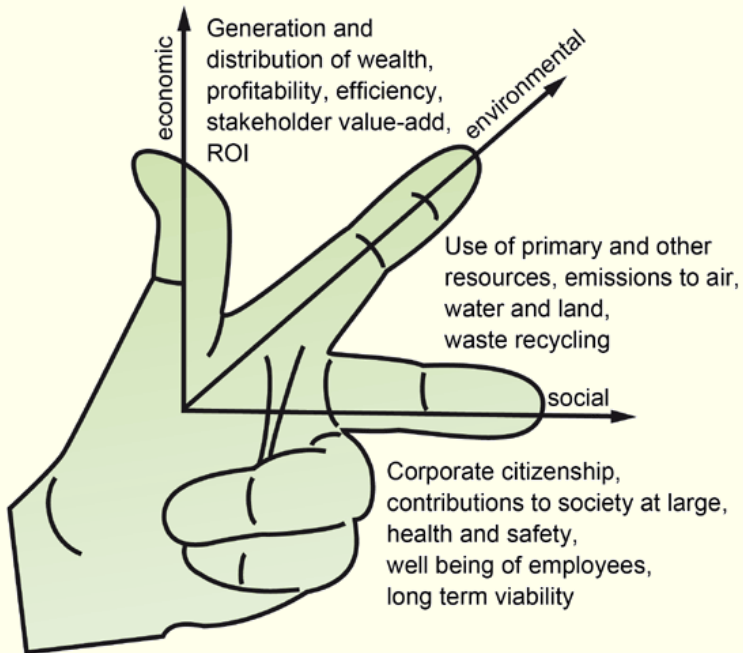
- Desenvolvimento sustentável
- Sustentabilidade

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Política Pública de Sustentabilidade - Contexto



Sustainability dimensions and examples



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP (BRASIL, 2008):

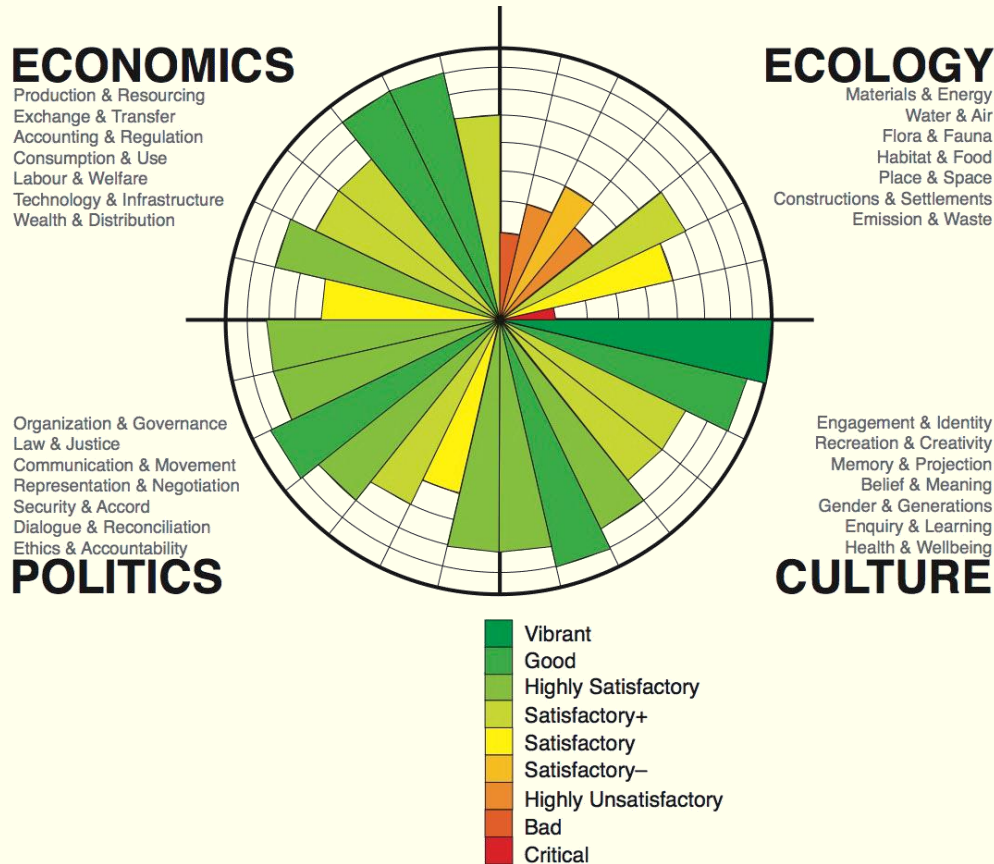
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Urban Profile Process

metropolis
WORLD ASSOCIATION OF THE MAJOR METROPOLES
ASOCIACIÓN MUNDIAL DE LAS GRANDES METRÓPOLIS
ASSOCIATION MONDIALE DES GRANDES MÉTROPOLIS



Global Compact
Cities Programme



O percentual de pessoas que se dizem preocupadas com o meio ambiente aumentou de 80%, em 2010, para 94%, em 2011.

Além disso, 44% dos entrevistados afirmaram que a proteção ao meio ambiente tem prioridade sobre o crescimento econômico.

CIRCLES OF SUSTAINABILITY

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

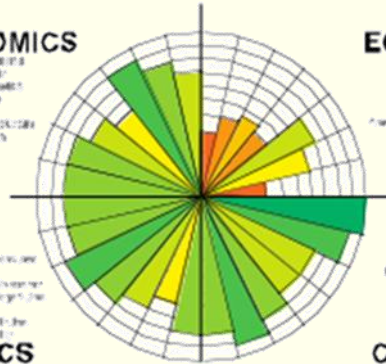
Ecologia	• Materiais e Energia	• Fontes de energia, incluindo petróleo, comida
	• Água e Ar	• A qualidade do ar; mudança climática e adaptação
	• Flora e Fauna	• Parques e jardins; cobertura árvore
	• Habitat e Assentamentos	• A destruição do habitat; uso da terra
	• Construção e Transportes	• desenvolvimento do território urbano, habitação
	• Incorporação e Alimentação	• saúde humana física, nutrição
	• Emissão e Resíduos	• eliminação da poluição, reciclagem e resíduos
Economia	• Produção e Recursos	• Indústria e Comércio; recursos
	• Transferência de câmbio e	• Dinheiro; comércio de bens e serviços
	• Contabilidade e Regulamento	• Os sistemas de regulação
	• Consumo e Uso	• Os padrões de consumo; uso de bens
	• Trabalho e Bem-Estar	• Os mercados de trabalho; provisão econômica
	• Tecnologia e Infra-estrutura	• High-tech para tecnologias de baixo nível
	• Riqueza e Distribuição	• Pobreza; desemprego; favelas; desigualdade
Política	• Organização e Governança	• A legitimidade, o sistema atual de governança
	• Direito e Justiça	• Sistema legal; justiça e da ordem política
	• Comunicação e Crítica	• A imprensa, mídia, notícias; dissidência e protesto
	• Representação e Negociação	• A participação dos cidadãos, direito a voto; civilidade
	• Segurança	• As tensões políticas; presença militar
	• Diálogo e Reconciliação	• direitos consuetudinários; Comissões da Verdade
	• Ética e Responsabilidade	• problemas de corrupção; ética pública
Cultura	• Identidade e Engajamento	• etnias; identidades; engajamento público
	• Criatividade e Recreação	• Celebrações; eventos e rituais, esporte
	• Memória e Projeção	• história indígena; museus; monumentos
	• Crença e Idéias	• As religiões e espiritualidades; ideologias
	• Género e Gerações	• As relações de género; vida familiar; gerações
	• Informação e Aprendizagem	• Os sistemas de educação e formação
	• Saúde e Bem-estar	• Sistemas médicos; saúde mental

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

MELBOURNE, 2011

ECONOMICS

Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure



ECOLOGY

Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure

CULTURE

POLITICS

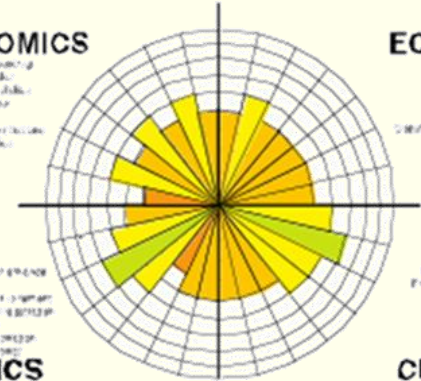
Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure



DELHI, 2012

ECONOMICS

Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure



ECOLOGY

Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure

CULTURE

Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure

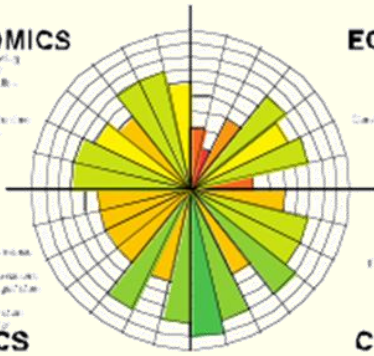
POLITICS



TEHRAN, 2012

ECONOMICS

Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure



ECOLOGY

Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure

CULTURE

Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure

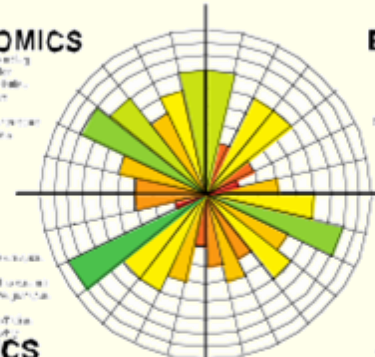
POLITICS



SÃO PAULO, 2012*

ECONOMICS

Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure



ECOLOGY

Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure

CULTURE

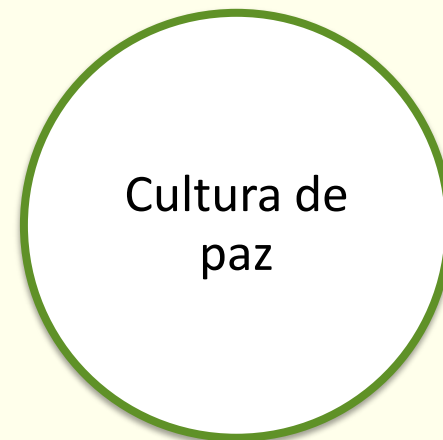
Private and Recurring
Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure
Government Expenditure

POLITICS



Política Pública de Sustentabilidade

O que queremos?



- Justo: bom para todos
- Inclusivo: participação de todos
- Sustentável: promover a vida

- Cooperação
- Diálogo
- Valorização das pessoas (diversidade, crenças e valores)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Política Pública de Sustentabilidade

Desenvolvimento que contemple:

Condições de habitação

Saúde

Alimentação

Educação

Segurança

Olhar a vida das cidades:

Dinâmica urbana

Mobilidade

Participação

Convívio social

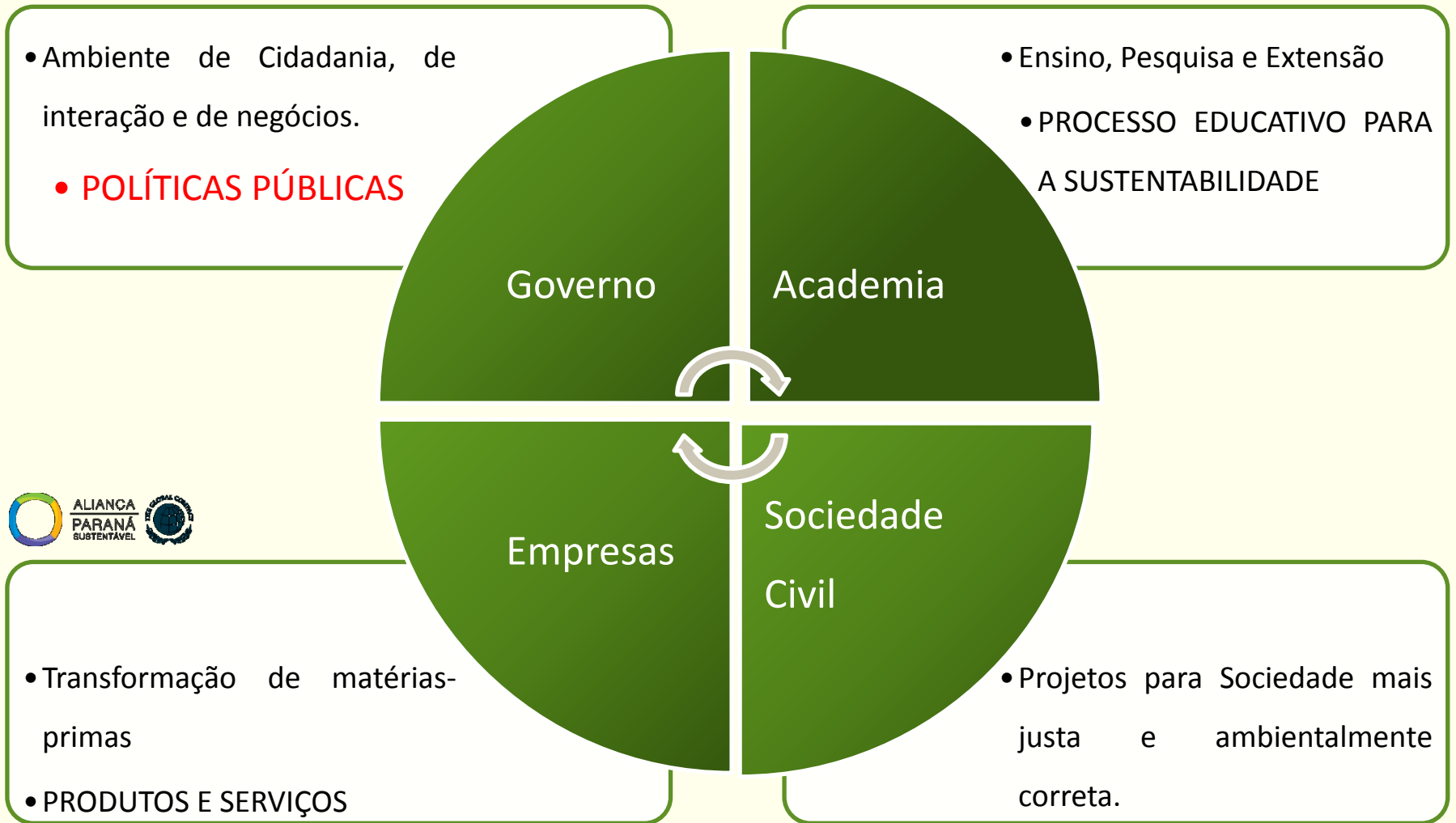
Busca a partir dos valores e cultura local **criar produtos e serviços que representem a**

IDENTIDADE dessa vida local sem descuidar da proteção ao meio ambiente.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Política Pública de Sustentabilidade



Política Pública de Sustentabilidade

E então, qual é o papel do Estado?

Por meio das Políticas Públicas o Estado pode realizar os fins previstos na Constituição Federal, atendendo aos direitos fundamentais que necessitam de **iniciativas estratégicas** para serem alcançados. Nessas condições, é possível considerar as licitações sustentáveis **como instrumentos de Políticas Públicas** para consolidar o direito fundamental do **desenvolvimento nacional sustentável.**

Por que as Contratações Públicas são relevantes para o Desenvolvimento Sustentável?

As contratações públicas representam entre 8 e 30% do PIB dos países.

Estados são os grandes consumidores na economia e, portanto, têm uma grande responsabilidade.

As contratações públicas podem ser um vetor importante no progresso social, proteção ambiental e inovação.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Política Pública de Sustentabilidade: subsídios legais para a sustentabilidade



USO DO PODER DE COMPRA

- Licitação atividade-meio;
- Função social da licitação;
- Desenvolvimento econômico sustentável;
 - Geração de emprego e renda;
 - Erradicação da pobreza; e
- Atividade-fim → Uso do Poder de Compra.

A visão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Art. 47. Nas **contratações públicas** da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte **objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica**, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.

LC nº 123/2006

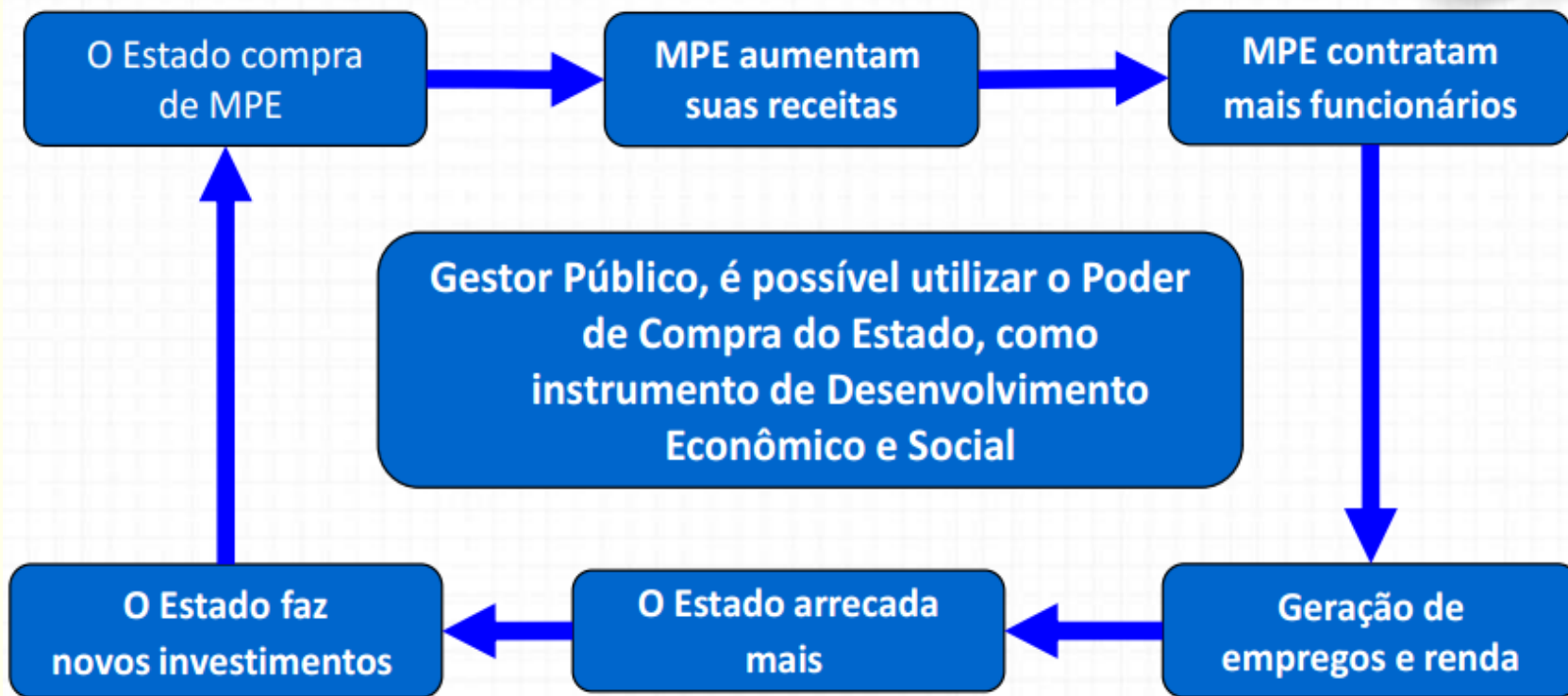
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Iniciativas de Políticas estratégicas

- *Decreto nº 7174/10 – Favorecimento do Setor de Informática e automação por meio de licitação exclusiva, critérios de desempate;*
 - *Preferência na contratação: fornecedores de bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico;*
 - *Lei Complementar 123: licitação exclusiva, subcontratação de MP/EPP, cotas, habilitação diferenciada, critérios de desempate;*
- *Lei nº 12349/10: margem de preferência para produtos e serviços nacionais, geração de emprego e renda, desenvolvimento e inovação tecnológica no País.*

Ciclo Virtuoso da Compra Governamental



Contratações Conjuntas



Economia de esforços através da redução de processos repetitivos.



Redução de custos através da compra concentrada com maiores volumes (ganho de escala).



Melhor planejamento das necessidades (contratações periódicas).



Padronização de equipamentos e soluções – facilidade de manutenção e uso.

Contratações Conjuntas



Licitações eletrônicas.



Inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações conjuntas



Contratações conjuntas com TI Verde



Benefícios das MPE's

Contratações Públicas Sustentáveis

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

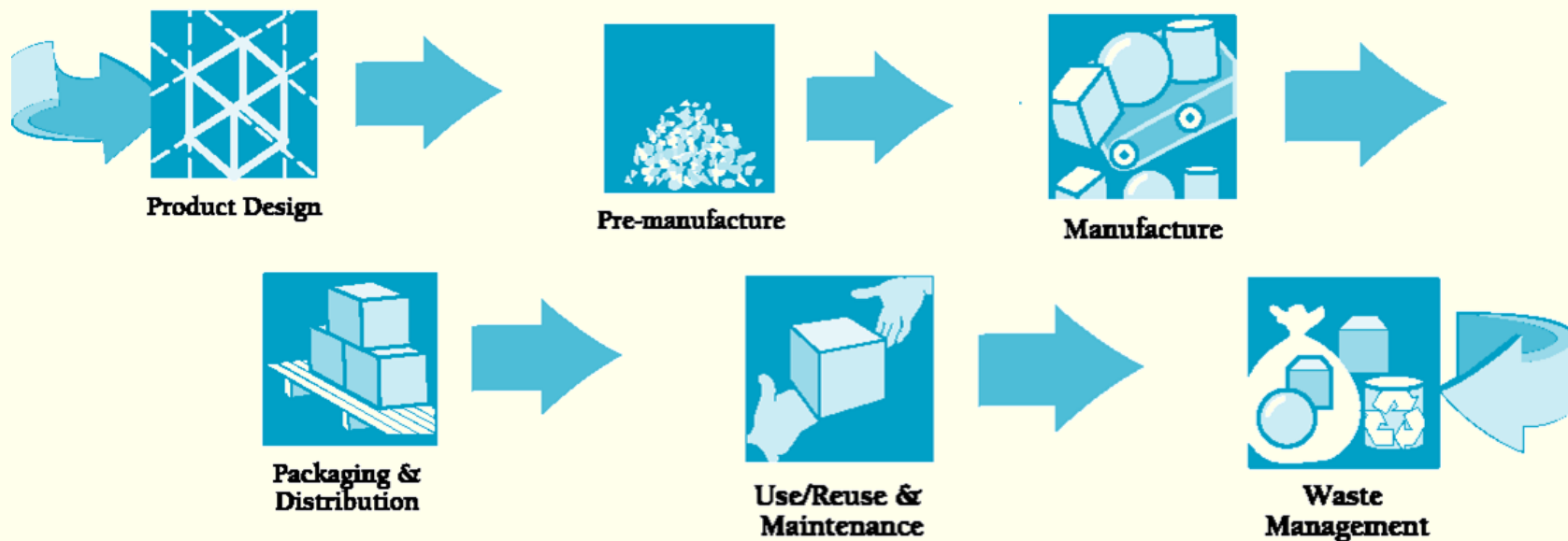


“É um processo, no qual as organizações buscam encontrar para suas necessidades os bens, os serviços e as obras de forma a agregar valor em todo o ciclo de vida em termos de benefícios para a organização e também para a sociedade, além de economia ao passo em que minimiza os danos para o meio ambiente.”

Procuring the Future – the report of the UK Sustainable Procurement Task Force, June 2006. Esta definição foi adotada pela Força-Tarefa de Marrakech sobre Compras Públicas Sustentáveis. Fonte: <http://www.unep.fr/scp/procurement/whatisssp/>

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Contratações Públicas Sustentáveis: perspectiva no ciclo de vida do produto

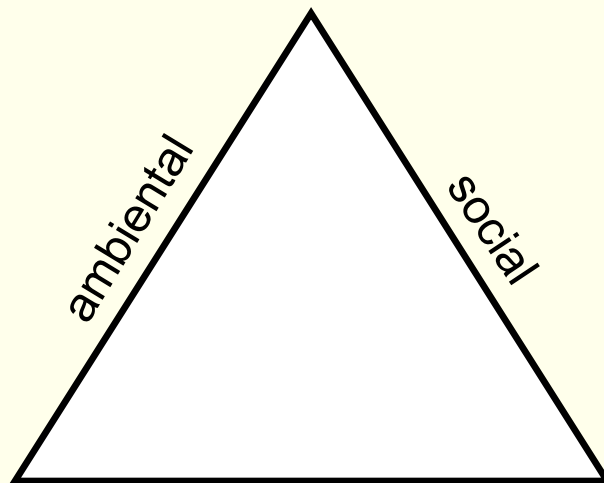


➤ *avaliação das entradas, das saídas e dos impactos ambientais potenciais de um sistema de produto .*

Fonte: UNEP

Contratações Públicas Sustentáveis: O que é a compra responsável?

Comprar os melhores produtos e serviços de empresas melhores



preço, desempenho e disponibilidade

Cada compra escondeu a saúde humana, ambiental e impactos sociais em toda a cadeia de abastecimento.

Fonte: UNEP

Logística Sustentável



Logística sustentável: processo de coordenação do **fluxo de materiais, de serviços e de informações**, do **fornecimento ao desfazimento**, que considera a **proteção ambiental**, a **justiça social** e o **desenvolvimento econômico** equilibrado.

Logística Sustentável

Acórdão do Tribunal
de Contas da União
(TCU 1.752/2011 –
Plenário)

“atualmente não existe uma política unificada na esfera federal para o uso racional e sustentável de recursos naturais nas instalações públicas, sendo que as poucas ações levadas a efeito, além de serem marcadas pela heterogeneidade, se ressentem da falta de apoio que lhes confira a necessária importância com maior efetividade”.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Logística Sustentável

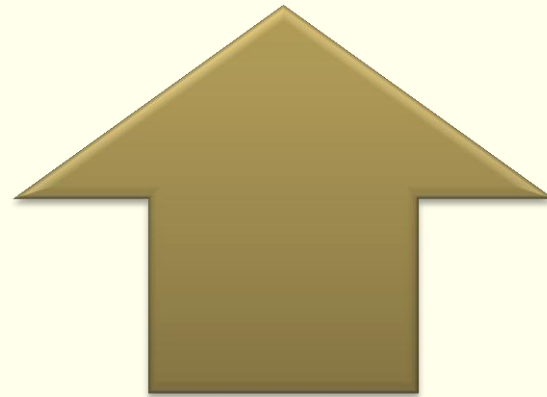


Decreto nº 7.746/2012

- Diretrizes de Sustentabilidade
 - CISAP
 - PLS



IN nº 10/2012
SLTI/MP



Logística Sustentável - CISAP



- Objetivos
- Caráter
- Membros
- Funcionamento
- Atividades

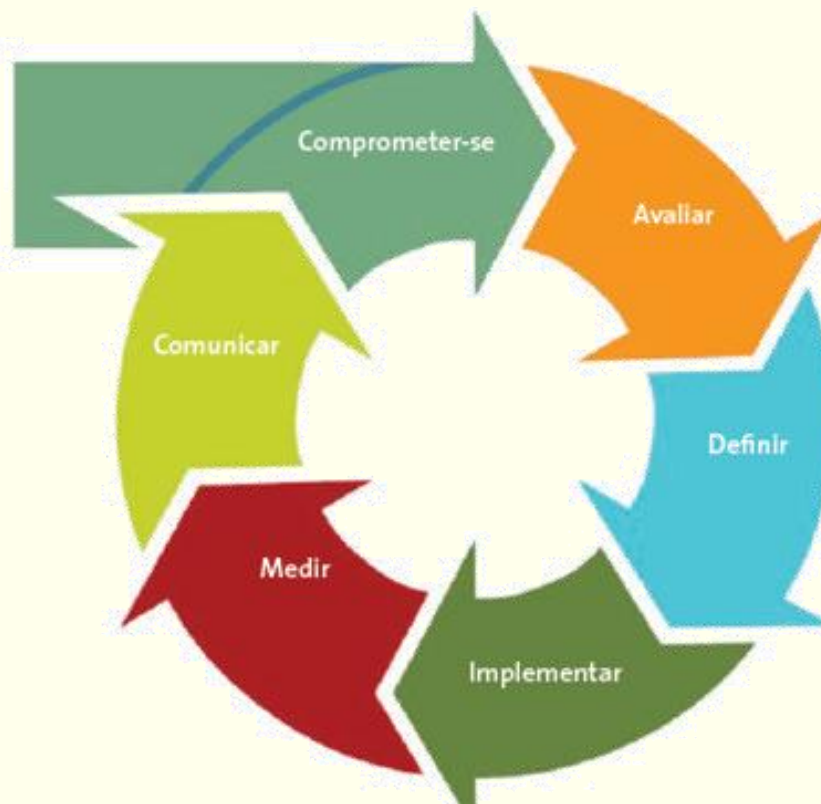
Logística Sustentável - CISAP

- a) normas para elaboração de ações de logística sustentável;
- b) regras para a elaboração dos PLS;
- c) planos de incentivos para órgãos e entidades que se destacarem na execução de seus PLS;
- d) critérios e práticas de sustentabilidade nas aquisições, contratações, utilização dos recursos públicos, desfazimento e descarte;
- e) estratégias de sensibilização e capacitação para utilização dos recursos públicos e da gestão logística de forma sustentável;
- f) cronograma para a implantação de sistema integrado de informações para acompanhar a execução das ações de sustentabilidade; e
- g) ações para a divulgação das práticas de sustentabilidade.

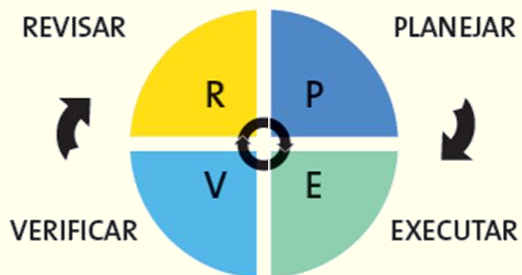
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Plano de Gestão de Logística Sustentável- roteiro

Modelo de gestão de compras do Pacto Global da ONU



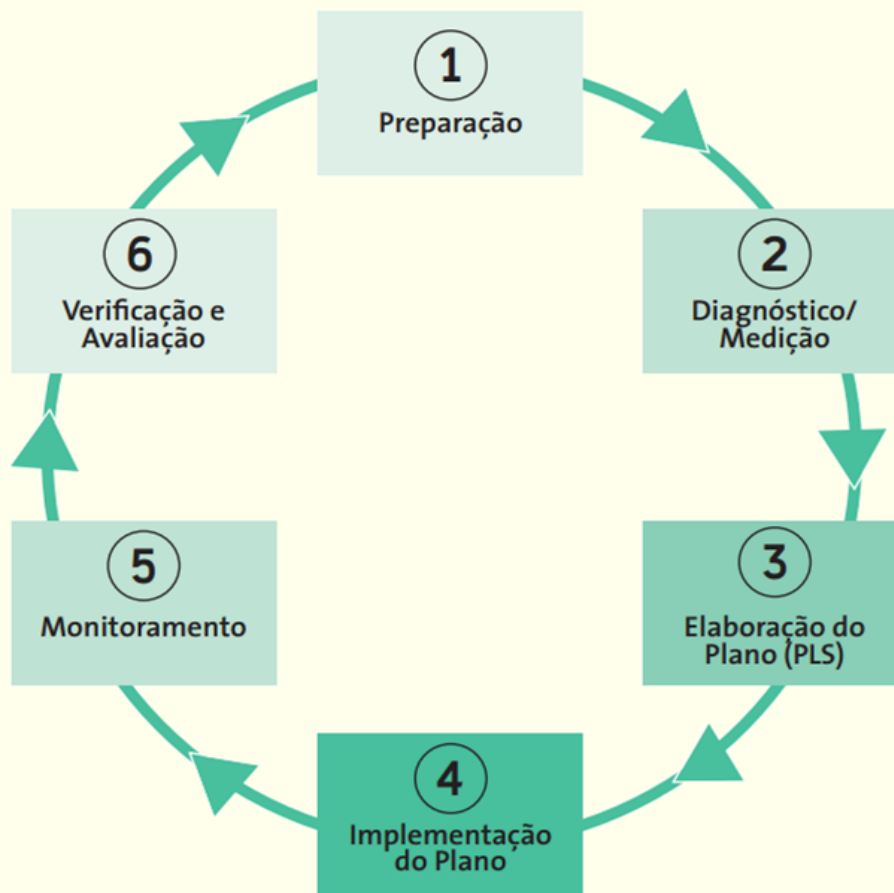
Metodologia Balanced Scorecard



Fonte: Betiol *et al.*, 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Plano de Gestão de Logística Sustentável - roteiro



Plano de Gestão de Logística Sustentável - roteiro

1 - Preparação

- Criar Comissão Gestora do PLS, composta por no mínimo 3 servidores, designados pelos respectivos titulares dos órgãos ou entidades, que deve espelhar o ciclo do processo de compras (Termo de Referência, Comissão de Licitação, Consultoria Jurídica, Realização da Licitação).
- Assegurar competências técnicas, de sustentabilidade, jurídicas e de gestão na composição da Comissão do PLS.
- Envolver colaboradores e servidores de outros departamentos e áreas, se necessário.

Plano de Gestão de Logística Sustentável - roteiro

2 - Diagnóstico/ Medição

- Atualização/elaboração de inventário de bens (de acordo com a IN SEDAP nº 205 de 8 de abril de 1988).
- Atualização/elaboração de inventário de materiais (para consumo no órgão no período de 1 ano).
- Levantamento de práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços já realizados e/ou em andamento.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Plano de Gestão de Logística Sustentável - roteiro

3 - Elaboração do Plano (PLS)

- Pensamento no ciclo de vida.
- Definir planos de ação com objetivo, detalhamento de ações, prazos, cronograma, metodologia, indicadores.
- Estabelecer metas para cada plano de ação acima mencionado.
- Definir ações de divulgação, conscientização e capacitação.
- Elaborar 3 apêndices mínimos: Apêndice 1 – Inventário de bens e materiais; Apêndice 2 – Diagnóstico de Práticas de; Apêndice 3 – Materiais de Consumo Sustentáveis.
- Aprovação do Secretário Executivo, conforme art. 4º da IN SLTI/MP nº 10/2012.

Plano de Gestão de Logística Sustentável - roteiro

4 - Implementação do Plano

- Publicação do PLS em site e encaminhamento à Secretaria Executiva da CISAP.
- Realização das práticas e ações previstas.

Plano de Gestão de Logística Sustentável - roteiro

5 - Monitoramento

- Acompanhamento semestral: Os resultados alcançados serão avaliados semestralmente pela comissão gestora, utilizando, no mínimo, os indicadores elencados.
- Compartilhamento de soluções novas, experiências e boas práticas com outras instituições e órgãos públicos.
- Identificação de desvios, obstáculos e de necessidade de ações adicionais.

Plano de Gestão de Logística Sustentável

6 - Verificação e Avaliação

- Anualmente: Elaboração de relatório de acompanhamento do PLS de forma a evidenciar o desempenho de cada órgão ou entidade, contendo:
 - I -consolidação dos resultados alcançados;
 - II – identificação e definição das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.
- Revisão do PLS.

Planos de Gestão de Logística Sustentável:



Coleta Seletiva Solidária



Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P



Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel



Contratações Públicas Sustentáveis – CPS



Programa de Eficiência do Gasto Público – PEG

Projeto Esplanada Sustentável – PES



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Home — Portal de Compras do Governo Federal Compras Governamentais - Mozilla Firefox

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

http://www.comprasgovernamentais.gov.br/

BRASIL Acesso à informação Faltam 10 dias para a Copa Participe Serviços Legislação Canais

Portal de Compras do Governo Federal

Compras Governamentais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Placar de Licitações
Acesso ao SIASG
Acesso ao SICAF

CIDADÃO

Dados Abertos
Consultas
Links Relacionados
Artigos

FORNECEDOR

Cadastro
Manuais

GOVERNO

BOAS PRÁTICAS DE COMPRAS SUSTENTÁVEIS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

28/05/2014 - 2º Encontro Nacional de Responsabilidade Social e Sustentabilidade em Porto Alegre	27/05/2014 - Decreto n. 8241 regulamenta as aquisições de bens e contratação de serviços das fundações de apoio	20/05/2014 - Link para apresentação das alterações do sistema SCDP definidas para a Copa do Mundo Fifa 2014
16/05/2014 - Possibilidade de Registro de Balanço Negativo no SICAF	15/05/2014 - Consulta Pública – Revisão de Portarias no período de 13 a 30 de maio de 2014	15/05/2014 - Planejamento lança novo Portal de Compras do Governo Federal

MAIS NOTÍCIAS

PRÓXIMOS EVENTOS

Capacitação em Logística Sustentável

O Ministério do Planejamento (MP) convida gestores de logística para o Curso em Logística Sustentável.

MAIS EVENTOS

SIASG

CAPACITAÇÃO

GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Planos de Gestão de Logística Sustentável — Portal de Compras do Governo Federal Compras Governamentais - Mozilla Firefox

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

https://www.comprasgovernamentais.gov.br/governo/sustentabilidade/planos-de-gestao-de-logistica-sustentave

Mais visitados Primeiros passos Últimas notícias Galeria do Web Slice HotMail gratuito Personalizar links Windows Media Windows

Compras Governamentais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Perguntas frequentes | Contato

PÁGINA INICIAL > GOVERNO > SUSTENTABILIDADE > PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

[Placar de Licitações](#)
[Acesso ao SIASG](#)
[Acesso ao SICAF](#)

Planos de Gestão de Logística Sustentável

Os Planos de Gestão de Logística Sustentável, são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

As regras para os Planos de Logística Sustentável foram estabelecidas pela Instrução Normativa SLTIMP nº 10, de 12 de novembro de 2012, onde foi definida também, a necessidade de composição da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, designados pelos respectivos titulares dos órgãos ou entidades. Eles devem conter, minimamente, a atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição; as práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; as responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e ações de divulgação, conscientização e capacitação.

A IN SLTI-MP nº 10/2012 dispõe que os órgãos e entidades deverão elaborar e publicar seus PLS no prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da publicação da referida IN. Com isso, vinculou-se a obrigação de produzir os Planos a um espaço temporal bem definido, evitando-se postergações que poderão atrasar a inclusão da temática sustentabilidade não só na aquisição de bens e serviços, mas também nas atividades da Administração Pública.

Encaminhe o seu Plano de Gestão de Logística Sustentável para cisap@planejamento.gov.br ou entre em contato pelo telefone (61) 2020-1488.

[Planos Catalogados](#)

[Conheça a CISAP](#)

CIDADÃO

- Dados Abertos
- Consultas
- Links Relacionados
- Artigos

FORNECEDOR

- Cadastro
- Manuais

GOVERNO

- Cartão de Pagamento
- Diárias e Passagens

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- CPS - Mozilla Firefox

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

http://cpsustaveis.planejamento.gov.br/

Mais visitados Primeiros passos Últimas notícias Galeria do Web Slice HotMail gratuito Personalizar links Windows Media Windows

- CPS

Planejamento
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Buscar... buscar

Ajuda | Contato | Sobre CPS

Artigos/Matérias | Eventos | Legislação | Licitações Sustentáveis | Multiplicadores

Sites Úteis

Materiais Sustentáveis

Confira os itens sustentáveis já cadastrados no Catálogo de Materiais (CATMAT) do Sistema de Compras do Governo Federal.

[CATMAT](#)

Destaques

MP participará de Seminário Setor Público Responsável

Responsabilidades & Desafios será o tema do Seminário Setor Público Responsável que acontecerá nos próximos dias 4 a 6 de junho de 2014, 8h às 18h no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), SBS, Qd. 1, Bloco J, Edifício BNDES/Ipea, auditório do subsolo, Brasília-DF.

O Coordenador-Geral de Estratégia de Contratações do Departamento de Logística da SLTI/MP, Rafael [...]

[Leia mais](#)

Iniciativas Sustentáveis

Confira as boas práticas para contratações sustentáveis.


Publicações

Confira [aqui](#) as publicações sobre Contratações Sustentáveis

Cadastro

Envie a sua contribuição para o [sítio Contratações Públicas Sustentáveis](#).

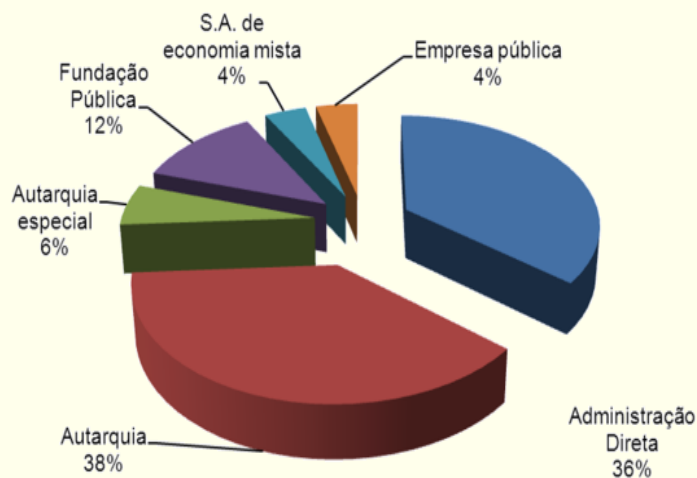
[- Quero me cadastrar](#)



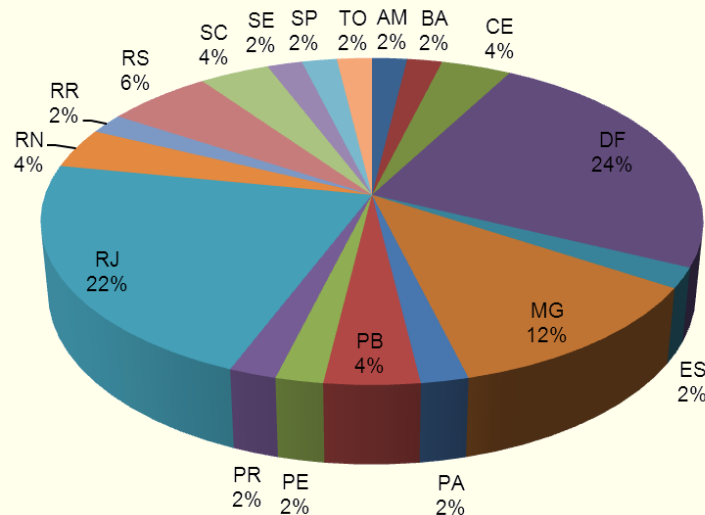
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Plano de Gestão de Logística Sustentável – visão geral preliminar

PLS na Administração Pública

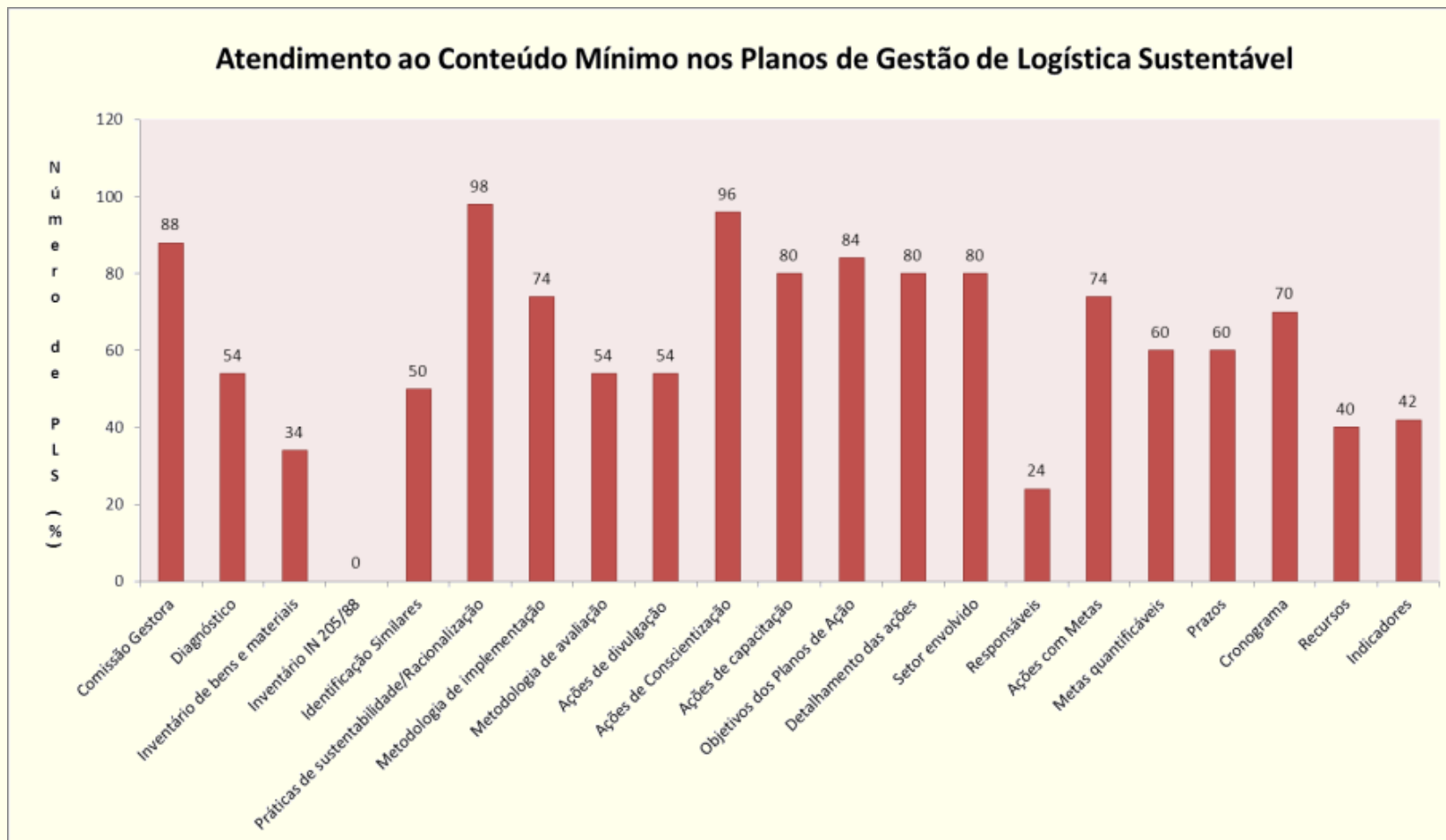


PLS nos Estados



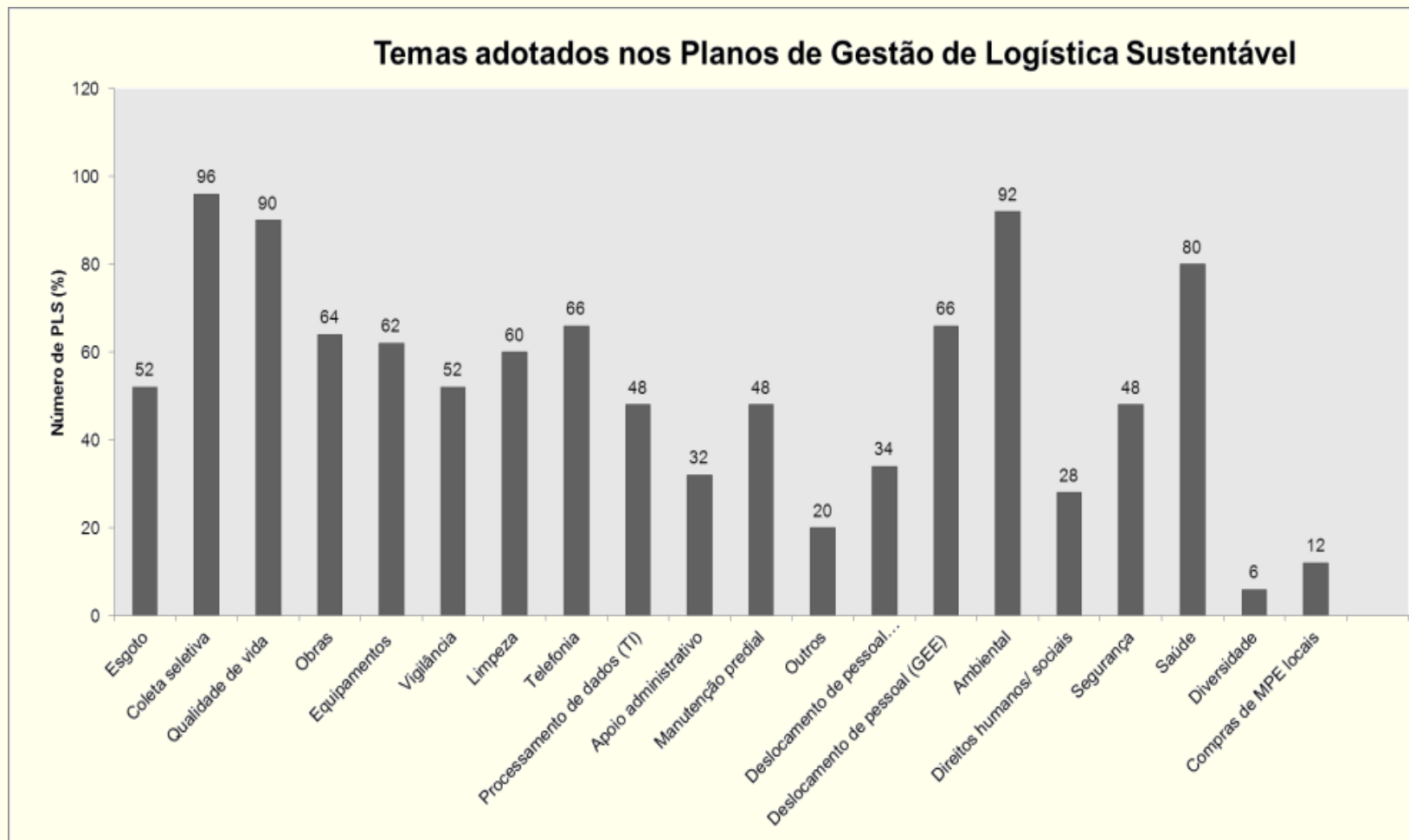
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Plano de Gestão de Logística Sustentável – visão geral preliminar



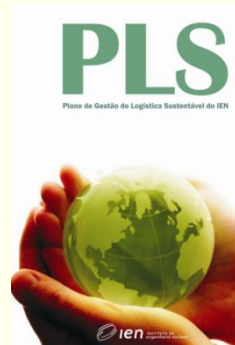
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Plano de Gestão de Logística Sustentável – visão geral preliminar



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Construindo um PLS



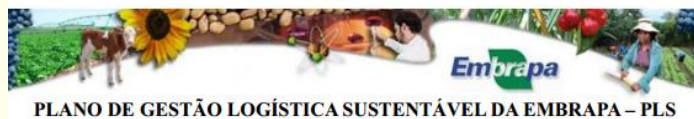
PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL MDIC



CETEM Sustentável



Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS



Ministério do Planejamento

Qual a importância do registro? De um documento? De um plano?

CONTRATAÇÃO TEMPLATE & SISTEMA INFORMATIZADO



IDENTIFICAÇÃO **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Identificação do órgão ou entidade

(identificar as unidades responsáveis pela elaboração do PLS e incluir uma página para o Expediente da publicação)

- Comissão Gestora do PLS

(identificar o nome dos responsáveis, Portaria de instituição da Comissão)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Identificação.

Título



Data do documento

Imagens e identidade visual

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Expediente, catalogação, etc.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Dilma Vana Rousseff

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Marco Antonio Raupp

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Luiz Antonio Rodrigues Elias

COMISSÃO GESTORA DOS PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
Marcio Leocadio de Sant' Anna (Presidente) - DAPE

Titulares

Andréia Ingrid Michele do Nascimento (Vice-Presidente) - NUDS

Júlio Cezar Augusto da Silva - DVDI

Fabrizio dos Santos Dantas - DIEN

Claúdio Maris Ferreira - DCAP

Maurício de Almeida - DSUP

José Gabriel Pires de Amorim - DIGP

Carolina Schutt Torrescasana - DITI

Eduardo Cesar Guimarães - DORF

Maria Betânia Maracajá Porto - DLCC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Ministro de Estado
Paulo Bernardo Silva

Secretário-Executivo
Genildo Lins

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Ulysses Melo

Coordenador-Geral de Recursos Logísticos
Giovanni Cândido Dematte

Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável
Wagner Anibal de Oliveira (Coordenador)
Lorena Nelza Ferreira Silva
Sérgio Ferreira da Rosa

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
COMISSÃO GESTORA DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRE/RN

Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS

Apresentação

A Comissão Gestora de Logística Sustentável nomeada pela Portaria n.º 091/2013 – DG (DJE, 27/02/2013), tendo em conta as previsões contidas na Instrução Normativa n.º 10/2012 da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, vem apresentar o Plano de Gestão de Logística Sustentável conforme determinado por Despacho da Direção Geral às fls. 50 do protocolo PAE n.º 18916/2012.

Documento elaborado pela Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPGLS e pelo Grupo de Trabalho do Plano de Gestão de Logística Sustentável - GTPGLS, em resposta à Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012, e à Portaria MCTI nº 29, de 13 de dezembro de 2012.

MCTI - Plano de Gestão de Logística Sustentável

Página 5

Comissão Gestora.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLS

Andrea Rodrigues de Souza Cotrim

Evandro Soares

Fernanda Tercetti Nunes Pereira

João Batista de Souza Aguiar Junior

Instituto Nacional do Semiárido (INSA)

Diretor

Ignacio Hernán Salcedo

Diretor Substituto

Salomão de Sousa Medeiros

Coordenador de Pesquisa

Aldrin Martin Perez Marin

Coordenador de Administração

Vinicius Sampaio Duarte

COMISSÃO:

Everaldo Gomes da Silva
Geovergue Rodrigues de Medeiros
Sara Ranulce de Medeiros
Filipe de Lucena Alcântara Bruno
Paulo Luciano da Silva Santos

IDENTIFICAÇÃO **APRESENTAÇÃO**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Apresentação

(incluir uma “carta” da autoridade responsável destacando a importância dos PLS para implementação de critérios práticas de sustentabilidade nas atividades do órgão ou entidades)



APRESENTAÇÃO

O Governo brasileiro implantou a Agenda 21 que integra o Plano Plurianual (PPA) desde 2008. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. É um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país. É um Fórum responsável pela construção de um Plano de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos.

Diversas são as ações desenvolvidas para o atendimento às diretrizes emanadas da Agenda 21. Dentre elas, destaca-se a A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública – que atua em eixos temáticos:

Gestão de resíduos - as preocupações com a coleta, o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos representam apenas uma parte do problema ambiental. Devemos lembrar que a geração de resíduos é precedida por uma outra ação impactante sobre o meio ambiente - a extração de recursos naturais. Nessa linha, devemos desenvolver um processo educativo que contribua para uma mudança de hábitos no cotidiano dos cidadãos. A questão-chave é levar o cidadão a repensar seus valores e práticas, reduzindo o consumo exagerado e o desperdício.

Licitação Sustentável - segundo o art. 3o da Lei No 8.666/1993, Licitação Sustentável é aquela que destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável...(Redação dada pela Lei no 12.349, de 2010). Nesse sentido, pode-se dizer que a licitação sustentável é o procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras. De uma maneira geral, trata-se da utilização do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais.

Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho - a administração pública deve buscar permanentemente uma melhor Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) promovendo ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores. Para tanto, as instituições públicas devem desenvolver e implantar programas específicos que envolvam o grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho, melhoramento das condições ambientais gerais, promoção da saúde e segurança, integração social e desenvolvimento das capacidades humanas.

Sensibilização e Capacitação de Servidores – esse eixo busca criar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos gestores e servidores públicos. É um grande desafio para a implantação da Agenda Ambiental e ao mesmo tempo fundamental para o seu sucesso. As mudanças de hábitos, comportamento e padrões de consumo de todos os servidores impacta diretamente na preservação dos recursos naturais, contribuindo para a qualidade ambiental e proporcionando a redução das emissões de gases de efeito estufa. Para que essas mudanças

sejam possíveis é necessário o engajamento individual e coletivo, pois apenas dessa forma será possível a criação de uma nova cultura institucional de sustentabilidade das atividades, sejam essas relacionadas à área meio ou à área finalística. A capacitação é uma ação que contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais nas questões relativas à gestão socioambiental e ao mesmo tempo fornece aos servidores oportunidade para desenvolver habilidades e atitudes para um melhor desempenho das suas atividades.

Uso Racional de Recursos - a economia brasileira caracteriza-se por elevado nível de desperdício de recursos energéticos e naturais. A redução desses constitui verdadeira reserva de desenvolvimento para o Brasil, bem como fonte de bons negócios. Quando se fala em meio ambiente, passam despercebidas oportunidades de negócios ou de redução de custos. Sendo o meio ambiente um potencial de recursos mal aproveitados, sua inclusão no horizonte de negócios pode gerar atividades que proporcionem lucro ou pelo menos se pague com a poupança de energia, de água, ou de outros recursos naturais. Reciclar resíduos, por exemplo, é transformá-los em produtos com valor agregado. Conservar energia, água e outros recursos naturais é reduzir custos de produção.

Na mesma linha, o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamentou o artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabeleceu critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e instituiu a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. O referido decreto estabeleceu que a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implantar Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS.

O PLS é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitirá à EPE estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos. Conforme o decreto e a IN SLTI nº 10, de novembro de 2012, as práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas:

- ✓ Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- ✓ Energia elétrica;
- ✓ Água e esgoto;
- ✓ Coleta seletiva;
- ✓ Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- ✓ Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, limpeza, telefonia, processamento de dados, apoio administrativo e manutenção predial; e
- ✓ Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Responsável pela condução desse processo no âmbito da EPE, a Diretoria de Gestão Corporativa – DGC – apresenta o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS EPE e convida todos os empregados e colaboradores a contribuírem para a sua efetiva implantação, tornando as práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos uma realidade no âmbito de suas

atividades profissionais na EPE, pessoais e na sua comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

Álvaro Henrique Matias Pereira
Diretor de Gestão Corporativa



IDENTIFICAÇÃO **SUMÁRIO EXECUTIVO**

- Sumário Executivo

(É a seção que abre o PLS, devendo ser concisa, mas detalhada o bastante descrevendo as partes integrantes de todo o documento. Assim, apesar de ser a abertura, sugere-se que seja a última seção a ser escrita, pois ela depende de dados coletados do documento final)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Sumário Executivo

O Plano de Logística Sustentável – PLS da UFRB foi elaborado com a ajuda de Grupos de Trabalho (GTs), que fizeram o levantamento de dados e propuseram iniciativas a serem adotadas por toda Comunidade Acadêmica, conforme disposto na Instrução Normativa nº 10 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O seu objetivo principal é firmar metas e ações com o propósito de inserir rotinas de sustentabilidade na gestão da UFRB.

O presente documento é um instrumento de planejamento que visa instituir práticas de sustentabilidade, otimização dos gastos, melhoria nos serviços e orientações para as contratações e compras realizadas. O PLS foi organizado em seções compostas por temas afins contemplando as recomendações constantes na IN nº 10, com objetivos, iniciativas, prazos para implantação e responsáveis.

No capítulo 1 é descrita toda a metodologia que foi utilizada pela Comissão Gestora para a elaboração do PLS, como também o inventário de bens permanentes e de consumo, o diagnóstico realizado para a otimização do uso de materiais e serviços implementados e a lista dos materiais de consumo sustentáveis da UFRB, foi inserido também um glossário com os principais conceitos utilizados no PLS, com o propósito de auxiliar o entendimento das propostas que estão no plano. O capítulo 2 expõe os objetivos e diretrizes do PLS – UFRB fazendo uma abordagem dos critérios de sustentabilidade a serem observados. No capítulo seguinte são apresentados os projetos de sustentabilidade que serão implementados para execução do Plano.

IDENTIFICAÇÃO INTRODUÇÃO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Introdução

(É a seção que trata sobre a construção do documento do PLS, explicitando a metodologia utilizada na elaboração das diversas seções que o compõe)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Introdução e Justificativa

O Plano de Logística Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e do Serviço Florestal Brasileiro, doravante denominado **PLS-MMA**, foi estabelecido visando promover o desenvolvimento sustentável nacional, por meio das contratações realizadas pela Administração Pública Federal¹, bem como pelo aporte de critérios de sustentabilidade à logística, incluindo parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico². Este plano atende ao artigo 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, referente à elaboração de Plano de Gestão de Logística Sustentável, seguindo as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Este documento apresenta, de maneira estruturada, todo o programa do Ministério do Meio Ambiente referente à logística sustentável, ou seja, o “processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado”³. Assim, todas as ações de projetos afins tornam-se parte integrante deste PLS-MMA, nominalmente as seguintes: Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG (SOF/MPOG), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel (SPE/MME), Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (SAIC/MMA), Coleta Seletiva Solidária (SG/PR), Projeto Esplanada Sustentável - PES (SOF/MPOG) e Contratações Públicas Sustentáveis (SLTI/MPOG). Importa ressaltar que os planos de logística das entidades vinculadas ao MMA não compõem o escopo deste documento. Como as autarquias possuem competência e autonomia administrativa para criarem seus próprios PLS, seus planos poderão ser anexados a este posteriormente. As autarquias do MMA⁴ colaboraram tecnicamente nas reuniões semanais da comissão gestora nomeada para propor este PLS ao Secretário-Executivo⁵.

O PLS-MMA torna-se, portanto, uma agenda completa e estruturante, “espinha dorsal” com projetos para a atuação mais sustentável do MMA, sendo inclusive acompanhado de um glossário que facilita sua compreensão. O documento será revisto anualmente pelo seu Comitê Gestor, de forma que ações eventuais, novas iniciativas e novos projetos sejam agregados e



concatenados a este PLS-MMA. Isso permitirá que haja coordenação das atividades que tenham por princípio a gestão ambiental responsável e exemplar, bem como a logística sustentável.

O **público-alvo** prioritário deste documento é composto por gestores e técnicos responsáveis pela coordenação, planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e revisão de projetos e ações de logística sustentável do MMA. Secundariamente, este documento serve como referencial para os demais servidores do sistema de meio ambiente do governo federal, bem como para órgãos públicos interessados em realizar *benchmarking* e aperfeiçoar seus próprios PLS. Outros documentos direcionados a públicos distintos deverão ser elaborados, conforme os projetos de comunicação e capacitação para a sustentabilidades que integram este macroplano.



INTRODUÇÃO

A. DIRETRIZES

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Diretrizes

(são orientações, instruções ou indicações que serão seguidas durante a construção do PLS. Como por exemplo, alguma ferramenta de gerenciamento de projetos, atendimento às normas vigentes, atendimento aos princípios de sustentabilidade)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

3.1 – Diretrizes e Princípios Gerais

O plano adota como diretrizes de sustentabilidade, o disposto no art. 4º do Decreto 7.746, de 05 de junho 2012, que determina:

- I - Adotar procedimentos que causem menor impacto sobre os recursos naturais como flora, ar, solo e água;
- II - Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - Utilizar com maior eficiência os recursos naturais como água e energia;
- IV - Proporcionar maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - Proporcionar maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - Utilizar inovações tecnológicas que reduzam a pressão sobre os recursos naturais; e
- VII - Fazer uso dos recursos que tenham origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

O Plano é concebido também em atendimento a outras diretrizes, quais sejam:
Política dos 5R's: Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.

Eixos temáticos da A3P - uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; e licitações sustentáveis.

Atributos de sustentabilidade: Ambientais; Diversidade; Segurança; Direitos Humanos e Compras de Pequenas Empresas Locais.

Fonte: Ministério
da Cultura

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

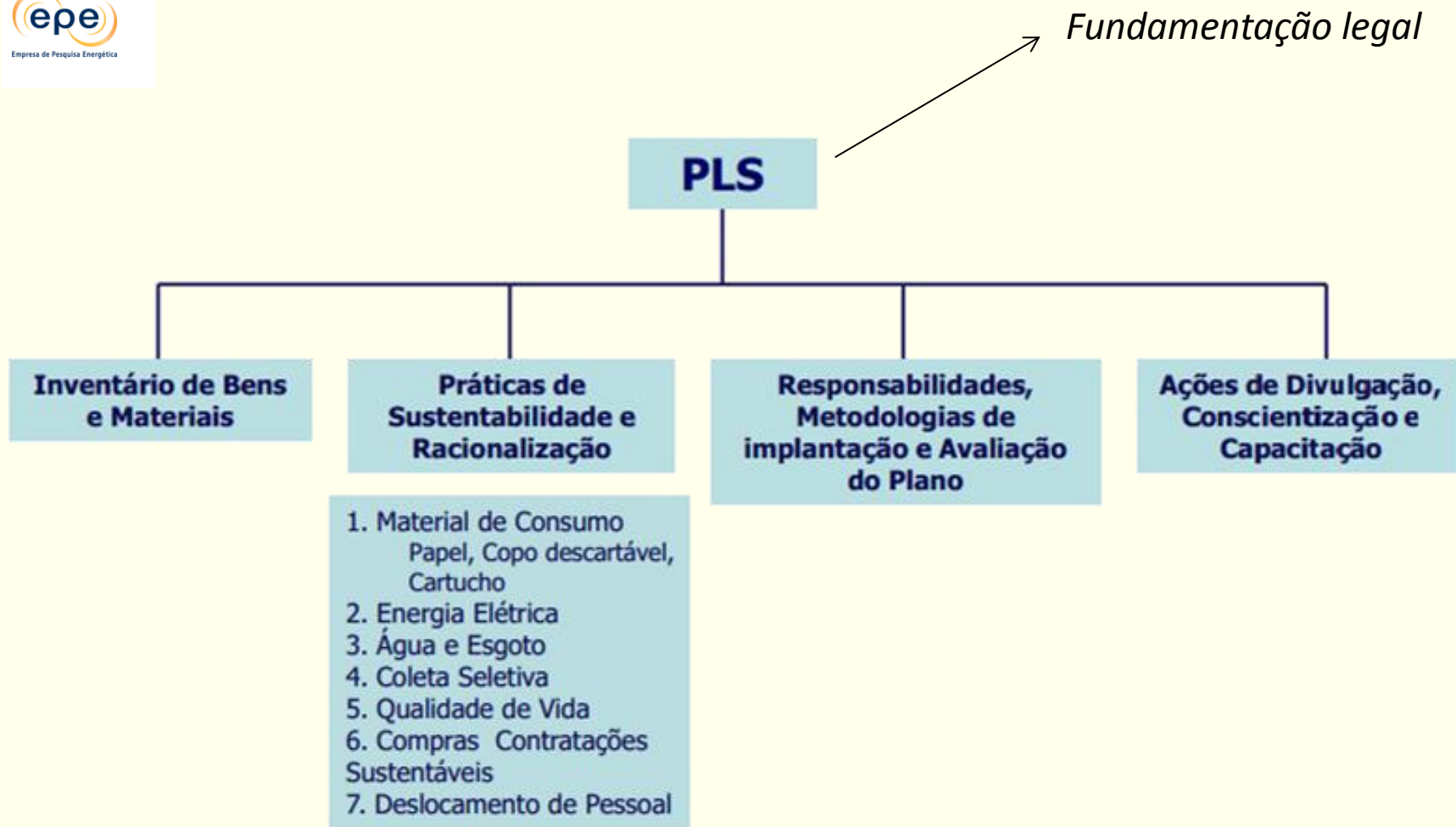


Figura 1: Estrutura do PLS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

1 - INTRODUÇÃO

A Terra tem o suficiente para todas as nossas necessidades, mas somente o necessário.

Mahatma Gandhi

O Plano de Logística Sustentável do Ministério da Cultura vem ao encontro de marcos regulatórios que definem critérios e diretrizes sustentáveis para a aquisição, movimentação e armazenamento de materiais e produtos acabados, bem como os relativos fluxos, de modo a maximizar a economicidade presente e futura por meio da redução de custos.

Começa a fazer parte dessa estrutura logística a responsabilidade com a questão ambiental. Essa responsabilidade decorre da necessidade de garantir a disponibilidade de recursos do planeta aos nossos descendentes, bem como a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado. Promover o desenvolvimento sustentável exige estratégias ligadas a questões imediatas como a mudança do clima, o consumo além da capacidade de suporte do planeta, a desigualdade socioeconômica e a qualidade de vida em um mundo cada vez mais urbanizado.

Considerando a centralidade dos processos licitatórios no contexto da logística no setor público, inserir diretrizes sustentáveis nas licitações públicas é um novo desafio para os governos, os quais exercem papel fundamental como indutores de mudanças e que utilizam desse instrumento o propósito de construir uma economia mais verde e mais inclusiva.

A sociedade percebe a conexão entre o que se compra e a conservação dos recursos do planeta. Padrões insustentáveis de consumo e produção, sobretudo dos países industrializados, além de levar à exaustão dos recursos naturais, contribuem para o agravamento da pobreza.

A Declaração de Johannesburg¹, em 2002, abordou o tema das compras sustentáveis ao instituir a adoção do consumo sustentável como princípio básico do desenvolvimento sustentável. A finalidade foi de orientar autoridades públicas a promover políticas de contratação públicas que favoreçam o desenvolvimento e a difusão de bens e serviços menos lesivos ao meio ambiente, fortalecendo uma política interna que estimule a adoção de padrões de produção e consumo mais sustentáveis.

Em 2011, as atividades da Força Tarefa de Marrakech² foram encerradas oficialmente, resultado na criação dos primeiros mecanismos globais para a promoção das compras governamentais sustentáveis.

No Brasil, o resultado dessas iniciativas foi a publicação da Instrução Normativa nº 1/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Em seguida a alteração dada à Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, reforçando o processo para adoção de critérios sustentáveis nas compras públicas. O processo prosseguiu com a publicação do Decreto nº 7.746/2012 pelo qual a "administração pública federal, direta, autárquica e fundacional e empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidas em instrumento convocatório".

É inquestionável a legalidade e legitimidade das licitações sustentáveis. São muitas as normas que dão respaldo jurídico à sua aplicação.

A administração pública não pode mais continuar consumindo da mesma forma que anteriormente. A gestão ambiental demanda uma visão integrada de saberes jurídicos, ecológicos e econômicos, quebrando regras para o perfeito gerenciamento dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente.

O PLS está estruturado em dois grandes segmentos. No primeiro são apresentados os Objetivos, a Metodologia e o Diagnóstico; no segundo são descritos os projetos nos quais o Plano se estrutura no âmbito do MinC. O trabalho conta também com dois anexos referentes aos inventários de bens patrimoniais e de material de consumo.

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

Comissão Gestora do Plano de Gestão
de Logística Sustentável
(CGPLS)

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Art. 225 - CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988).

A primeira grande cúpula mundial para discutir problemas ambientais foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ocorrida em 1972, na Suécia, cujo relatório foi publicado somente em 1987, sob o título “Nosso Futuro Comum”.

Em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92) consagrou o princípio do desenvolvimento sustentável enunciado em 1987.

Em 2012, novamente no Rio de Janeiro, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) avançou na compreensão do conceito de sustentabilidade e no seu documento final, “O Futuro que Queremos”, identificou a pobreza como o maior desafio a ser vencido para que o princípio do desenvolvimento sustentável seja efetivo, conciliando meio-ambiente, equidade social e exigências econômicas.

No contexto nacional, a preocupação ambiental se apresenta como um princípio constitucional desde 1988, cabendo ao poder público defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Dentre as instituições públicas brasileiras, as universidades, em virtude de sua natureza, de centros de criação, formação, transmissão e difusão da cultura, humanística,

INTRODUÇÃO
B. OBJETIVOS



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Objetivos

(Os objetivos indicam o que realmente deseja fazer. Sua definição clara ajuda na tomada de decisões quanto aos aspectos metodológicos do plano.)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



I. OBJETIVO

O presente documento é a consolidação de iniciativas do MPEG no sentido de adotar critérios sustentáveis em suas rotinas administrativas, com práticas que visam à melhoria contínua de seus processos e a sensibilização dos servidores, colaboradores e visitantes da Instituição com vistas a mudanças de conduta.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável do MPEG contempla, conforme estabelecido na IN n.º 10/2012, os seguintes objetivos específicos:

- × A atualização do inventário de bens e materiais (listagem dos bens de consumo adquiridos no período de um ano), além da identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição, com base na Instrução Normativa SEDAP N.º 205, de 08 de abril de 1988;
- × A adoção de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais que compreendam, ao menos, papel, copo descartável e cartuchos para impressão, além de racionalização dos contratos e serviços;
- × A atribuição de responsabilidades, metodologias de implementação e avaliação do plano; e
- × Ações de divulgação, conscientização e capacitação institucional.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

4. OS OBJETIVOS DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

Estabelecer uma ferramenta efetiva de planejamento da sustentabilidade com objetivos e responsabilidades, com definição de ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, possibilitando ao IFSULDEMINAS a implementação de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

2 | Objetivos

Este Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) busca consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade já em andamento no Banco Central do Brasil (BCB) e fornecer diretrizes para novas ações. Tem como principais objetivos:

- a) difundir e promover a prática da ecoeficiência no âmbito do BCB;
- b) promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na comunidade do BCB;
- c) revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;
- d) qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- e) estabelecer parcerias, visando à reciclagem de resíduos ou à destinação ambientalmente correta; e
- f) promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

OBJETIVOS I. GERAL

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Objetivo Geral

(Os objetivos gerais são mais amplos, de longo alcance, são as contribuições que se deseja oferecer com a execução do plano. Para o cumprimento dos objetivos gerais é preciso delimitar metas específicas dentro do plano, pois quando somadas, elas conduzirão ao desfecho do objetivo geral)

OBJETIVOS II. ESPECÍFICO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Objetivo Específico

(Os objetivos devem estar orientados para a meta, descrevendo a realidade, comparando-a com situações similares, sistematizando os pontos determinantes para sua ocorrência. Depois de cumpridos os objetivos específicos, tem-se cumprido o objetivo geral)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

1.1 Objetivos

Geral

Estabelecer diretrizes e um conjunto de projetos para a inserção de atributos de sustentabilidade no ciclo da gestão da logística do Ministério de Minas e Energia.

Específicos

- Promover a boa gestão de recursos e eficiência do gasto público, considerando atributos de sustentabilidade;
- Estruturar projetos básicos de contratações públicas, amplificadores da ferramenta estratégica de licitações, com constante aperfeiçoamento técnico na integração de considerações ambientais, sociais e econômicas para propiciar as contratações sustentáveis.;
- Incorporar o controle de sustentabilidade das motivações subjacentes, até então, às decisões administrativas, com efeito no novo ciclo de gestão da logística de processos sustentáveis na prática de atos, contratos e procedimentos administrativos;
- Institucionalizar as contratações sustentáveis na finalidade cogente do bem comum, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, objetivo expresso na Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública – Lei nº 8.666/93 - e no Decreto nº 7.746/2012.

Ministério de
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

2 – OBJETIVOS

2.1 – Objetivo Geral

Alinhar o MinC o tema da sustentabilidade socioambiental por meio da implantação de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos.

2.2 – Objetivos Específicos

- I - Inserção da responsabilidade socioambiental nas atividades do MinC;
- II - Redução de gastos por meio do uso racional de bens públicos;
- III - Adotar procedimentos de licitação sustentável como forma de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos;
- IV - Incorporar sistemas de compras compartilhadas entre as organizações;
- V - Promover ações de sensibilização e capacitação dos servidores;
- VI - Adotar política de responsabilidade socioambiental;
- VII - Promover a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta;
- VIII - Melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

Objetivos

1. Criar ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitam ao órgão estabelecer práticas eficientes de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na gestão do Observatório Nacional;

2. Atender o disposto no art. 8ª da IN 10/2012, na forma de objetivos específicos, a saber:

2.1 - elaborar e atualizar o inventário de bens móveis em consonância com a Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 8 de abril de 1988, ou normativo que a Substituir;

2.2 – adotar práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços abrangendo os seguintes temas:

I - material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;

II - energia elétrica;

III - água e esgoto;

IV - coleta seletiva;

V - qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VI - compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de



INTRODUÇÃO

C. PÚBLICO-ALVO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Público-alvo

(público específico que o PLS visa atingir quando da sua execução)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

O público-alvo deste documento é composto pelo corpo de colaboradores do MPEG, em número de 874, sendo 272 servidores, 389 bolsistas e 160 terceirizados e 53 estagiários; além da especial atenção que deve ser dada ao funcionamento diário do órgão, devido a um conjunto de visitantes, que frequentam suas instalações. Ademais, serve como referencial para os demais órgãos do sistema de ciência e tecnologia do Governo Federal interessados em realizar *benchmarking* e aperfeiçoar seus próprios PLS.

O público-alvo deste plano é composto pelos servidores ativos no total de 143, pelos colaboradores do ON, dentre eles, terceirizados, alunos de iniciação científica e pós-graduação, colaboradores sem vínculo, estagiários e um cargo em comissão, no total de 189. A este conjunto soma-se ainda os pesquisadores visitantes, com fluxo contínuo.



O **público-alvo** prioritário deste documento é composto por gestores e técnicos responsáveis pela coordenação, planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e revisão de projetos e ações de logística sustentável do MMA. Secundariamente, este documento serve como referencial para os demais servidores do sistema de meio ambiente do governo federal, bem como para órgãos públicos interessados em realizar *benchmarking* e aperfeiçoar seus próprios PLS. Outros documentos direcionados a públicos distintos deverão ser elaborados, conforme os projetos de comunicação e capacitação para a sustentabilidades que integram este macroplano.

INTRODUÇÃO
D. JUSTIFICATIVA

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Justificativa

(É a explicação, motivo, razão pela qual o PLS está sendo elaborado. Uma breve exposição sobre a relevância da proposta, as razões pelas quais o PLS deve ser apoiado institucionalmente)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Atualmente, temas como meio ambiente e sustentabilidade constam definitivamente como preocupação – e ocupação – de toda a sociedade, no Brasil e no mundo. Em todos os lugares (nas casas, nas escolas, nas ruas, nos locais de trabalho), um número crescente de pessoas procura conhecer mais sobre isso e se esforça por implementar novos comportamentos que respeitem e contribuam para a preservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida, própria e de outrem.

Contribui para essa popularização e para a ênfase agora dada ao tema sustentabilidade a divulgação massiva de dados e informações. Saber que uma tonelada de papel requer o corte de quarenta árvores ou que a reciclagem dessa mesma tonelada representa uma redução de 3,2m² de espaço nos aterros sanitários – ponto de preocupação crescente das comunidades e dos governos locais – provoca uma reação da sociedade no sentido de pressionar os poderes públicos (e até as empresas privadas) para que adotem com prioridade ações sustentáveis.

Nesse contexto, as organizações, sobretudo públicas, têm um papel fundamental e uma contribuição significativa a dar, por serem criadoras e operadoras de processos de produção e consumo que demandam muitos recursos e, em geral, causam grande impacto no meio ambiente. A própria Constituição Federal, em seu Art.37, preconiza a eficiência como um dos princípios da Administração Pública. Ao governo cabe, para além, o papel estratégico de induzir a sociedade a adotar novos referenciais de produção e consumo de bens materiais, a partir de modificações de seus próprios processos e procedimentos internos e tendo em vista a construção do desenvolvimento sustentável do país. É, então, sua tarefa inclusive dar o primeiro passo para a redução ou o uso racional dos recursos naturais, fomentando programas e projetos que evitem ou eliminem o desperdício e promovam a economia e o reaproveitamento de materiais.

INTRODUÇÃO E. METODOLOGIA PLS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Metodologia do PLS

(A Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata do tipo de pesquisa, dos instrumentos utilizados (questionário, entrevista etc), do tempo previsto, da equipe de pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou na construção do PLS)

METODOLOGIA DO PLS I. ELABORAÇÃO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

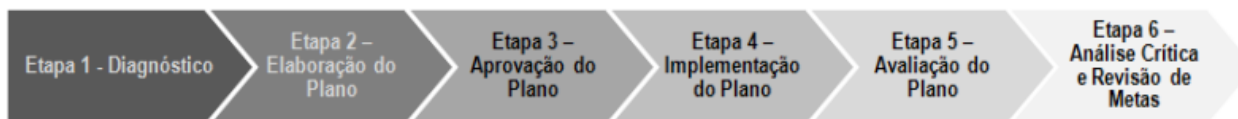
- **Elaboração**

(É a parte da metodologia que descreve a forma de construção do PLS, fornecendo um direcionamento a ser seguido por todos, identificando responsabilidades, garantindo alinhamento e oferecendo meios para medição do sucesso da estratégia de modo focado, visando o alcance dos objetivos institucionais e a maximização dos resultados)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

O Plano foi elaborado por servidores do MMA e SFB, nomeados pelo Secretário Executivo, por meio de reuniões semanais das quais também participaram colaboradores das unidades vinculadas: Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

O PLS-MMA foi elaborado tendo como referencial a Cartilha “Como Implantar a A3P”, produzida pela coordenação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública⁶ (A3P) do MMA, e foi composto das seis etapas ilustradas a seguir:



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

METODOLOGIA

A metodologia adotada para elaboração do presente Plano teve como preliminar a realização de levantamento das ações de sustentabilidade já adotadas no âmbito deste Ministério.

Posteriormente, a Comissão de elaboração do presente plano decidiu pela adoção, no que coubesse, de metodologia inspirada no *Balanced Scorecard - BSC*. Esse sistema é utilizado mundialmente para descrição de objetivos estratégicos com indicadores de desempenho, metas e planos de ação. O sistema BSC permite traduzir a estratégia em ações operacionais e controlá-las, direcionando os esforços para a sua realização, conforme figura abaixo.



Essa sequência de ações constitui o ciclo conhecido como PDCA: planejar (*plan*), executar (*do*), verificar (*check*) e revisar, atuando corretivamente para a melhora do desempenho (*act*). Ao “girar o PDCA”, a organização pode identificar em quais processos está falhando e em quais precisa melhorar, gerando o aprimoramento contínuo.

METODOLOGIA DO PLS II. IMPLEMENTAÇÃO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Implementação

(É a parte da metodologia que descreve como serão materializadas todas as atividades planejadas na fase anterior. Qualquer erro cometido na fase anterior ficará evidente durante essa fase)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

3. RESPONSABILIDADES, METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO

3.1 RESPONSABILIDADES: a responsabilidade pela efetiva utilização deste plano caberá às unidades deste Regional diretamente envolvidas na execução das ações descritas, sob a coordenação da Comissão Ambiental.

3.2 METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO: as ações propostas serão executadas através de solicitações formais pelas unidades responsáveis.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral Do Rio Grande Do Norte



10.2 – METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

O PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL do IFSULDEMINAS foi elaborado de forma democrática, oportunizando a participação direta e indireta dos membros da comunidade por meio dos representantes de cada Câmpus, participação em Fóruns, E-mails, Blogs etc..

Após a etapa de construção, o plano será submetido à aprovação do órgão máximo da instituição, o Conselho Superior, para posteriormente ser iniciada a sua implementação em todas as unidades do IFSULDEMINAS;

Para a implementação, que é de responsabilidade dos gestores, sugere-se que seja realizada por setores, abordando de forma construtiva os procedimentos de execução das etapas pertinentes.

A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável ainda preparará modelos de fichas para possibilitar e facilitar a elaboração e o acompanhamento dos relatórios a serem apresentados.

METODOLOGIA DO PLS **III. AVALIAÇÃO**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Avaliação

(É a parte da metodologia que descreve como será feita a validação dos resultados do PLS, observando se os resultados obtidos estão em conformidade com o previsto nas etapas anteriores, o qual servirá de subsídio para a elaboração das próximas versões do Plano)

10.3 – METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO

Para a realização do acompanhamento a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável adotará os seguintes procedimentos:

1. Realização de reuniões ordinárias a cada 45 dias entre os seus membros;
2. Solicitação de relatórios dos setores das unidades do IFSULDEMINAS sobre os itens ou ações a serem avaliados. A solicitação dos relatórios será realizada com antecedência aproximada de 60 dias do prazo de elaboração de relatórios da CPLS;
3. Acompanhamento das metas estabelecidas no PLS;
4. Publicação das ações de sustentabilidade já realizadas, no Blog e no site do IFSULDEMINAS;
5. Publicação do resumo resultados das ações (cumprimento das metas).



PLANEJAMENTO

4 Monitoramento e Avaliação do PLS-MMA

O monitoramento e avaliação do PLS-MMA serão realizados com base nos relatórios produzidos pelos coordenadores de cada projeto.

Caberá aos coordenadores de projetos:

- Coletar as informações relativas aos resultados alcançados;
- Realizar visitas periódicas para verificar o cumprimento da rotina;
- Analisar a evolução da implementação das ações com base em indicadores;
- Reportar trimestralmente à CPLS o status de cada iniciativa, os resultados alcançados e a evolução da meta geral relativa ao projeto ou subprojeto sob sua responsabilidade;
- Apresentar semestralmente à CPLS o Relatório de Monitoramento relativo ao projeto ou subprojeto sob sua responsabilidade que contenha o status de cada iniciativa, os resultados alcançados e a evolução da meta geral, até 10 dias após o fim do período (1º período: de julho a dezembro de 2013; Data de entrega: até 10 de janeiro de 2013);
- Apresentar anualmente à CPLS o Relatório de Acompanhamento relativo ao projeto ou subprojeto sob sua responsabilidade que contenha a consolidação dos resultados alcançados e propostas de iniciativas a serem revisadas ou modificadas, em até 30 dias após conclusão do período de monitoramento (1º período: julho/2013 a junho/2014; Data de entrega: até 30 de setembro de 2014).



CONTEÚDO MÍNIMO **F. DIAGNÓSTICO**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Diagnóstico do órgão/ entidade

(Mapeamento da situação atual do órgão/ entidade, levantando as características gerais, as potencialidades e vulnerabilidades relacionadas à sustentabilidade, principalmente no inventário de bens e materiais e nas práticas de sustentabilidade e/ ou racionalização de recursos. Por meio do mapeamento será possível identificar iniciativas já implementadas no âmbito do órgão ou entidade e as áreas e/ ou iniciativas que devam ser priorizadas em função da importância ou grau de complexidade)

DIAGNÓSTICO
I. INVENTÁRIO DE BENS E SIMILARES

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Levantamento de inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição

(É um relatório utilizado para conhecer o patrimônio do órgão ou entidade, neste caso, um levantamento de bens e materiais que integram o patrimônio, em determinada data, os quais deverão ser avaliados para identificação de similares de menor impacto, para possível substituição, bem como para identificar novas finalidades (desfazimentos) desses bens e materiais)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

MMA

1. Levantamento dos bens patrimoniais

Grupo	Material/Descrição	Em estoque
Grupo 04 – Aparelhos de Medição		
Aparelhos de medição	Trena Eletrônica	1
Aparelhos de medição	Balança eletrônica	1
Aparelhos de medição	Balança mecânica capacidade 250 KG	1
Aparelhos de medição	Balança de precisão	1
Aparelhos de medição	Pentascanner	1
Aparelhos de medição	Sistema de Comunicação Móvel Terrestre – GPS	4
Aparelhos de medição	Balança mecânica capacidade 300 KG	1
Aparelhos de medição	Balança mecânica capacidade 200KG	1
Grupo 06 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação		
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Aparelho telefônico analógico	692
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	aparelho de fax	83
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Sistema de Comunicação Móvel Terrestre – GPS	32
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Gateway com 06 conexões expansíveis para 80 canais	1
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Plataforma de comutação digital	5
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Rádio Transmissor/Receptor	1
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Aparelho firewall	1
Grupo 08 – Aparelhos, equipamentos, utensílios médicos, odontológicos, laboratorial e hospitalar		
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Aparelho de determinação de glicose	3
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Aparelho medidor de pressão	5
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Nebulizador	2
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Maca para enfermaria	1
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	suporte para soro	1
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Lixeira hospitalar	3
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Escada hospitalar	1
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Cadeira de rodas	2
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Cuba	2
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Balança mecânica capacidade 150 KG	1
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Estetoscópio	5
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Negatoscópio	1
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Otoscópio	1
Aparelhos, equip. Utens. médicos, odont. labor. e hospitalar	Braçadeira para injeção	1
Grupo 12 – Aparelhos e utensílios doméstico		
Aparelhos e utensílios doméstico	Frigobar	43
Aparelhos e utensílios doméstico	Geladeira	23

6 | Inventário de materiais

No inventário de materiais de consumo adquiridos entre janeiro de 2012 e fevereiro de 2013, identificaram-se seis produtos passíveis de substituição por similares de menor impacto ambiental. Entretanto, há que se avaliar a viabilidade econômica da substituição, pois o custo desses produtos é significativamente superior aos que são atualmente utilizados pelo Banco Central.

Assim, conforme demonstrado a seguir, propõe-se que, no próximo ano, um pequeno percentual do volume total de compra desses materiais seja substituído por seus similares de menor impacto ambiental, a título de experiência.

Código	Descrição do material	Estimativa de diferença de custos	Percentual de substituição do volume total adquirido
336.707	Caneta esferográfica comum carga azul	+ 50,00%	1%
336.709	Caneta esferográfica comum carga preta	+ 50,00%	1%
336.710	Caneta esferográfica comum carga vermelha	+ 50,00%	1%
293.717	Copo descartável para água	+ 150,00%	-
226.342	Copo descartável para café	+ 150,00%	-
9.070.028	Papel A4 para impressoras laser e jato de tinta	+ 10,00%	30%

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



5 INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS

Lista de Materiais de Consumo

Código	Descrição do item	Unidade de medida	Valor Unitário	Quantidade Adquirida	Valor Total ¹ (RS)	Item Sustentável
269943	Alcool etílico hidratado 70% (70º gl) gel emb. 500ml.	GR	2,23	200	446,00	Não
346632	Alcool etílico hidratado 92,8º graus líquidos emb. com 01 litro.	LI	2,84	300	852,00	Não
394480	Almofada para carimbo; material da caixa: plástico; material da almofada: esponja absorvente revestida de tecido; tamanho: médio; cor: azul; tipo: entintada; medidas: 08 cm x 12 cm.	UND.	1,42	50	71,00	Não
394481	Almofada para carimbo; material da caixa: plástico; material da almofada: esponja absorvente revestida de tecido; tamanho: médio; cor: preta; tipo: entintada; medidas: 08 cm x 12 cm.	UND.	1,33	50	66,50	Não
249025	Apontador plastico para lápis em acrilico com 02 furos.	UND.	0,30	1000	300,00	Não
368173	Bateria não recarregavel tensão de nove v. para uso em equipamentos eletronicos med.47mm x25,5mm x16,5,mm.	BL	3,24	100	324,00	Não
94897	Bloco para rascunho em ap/75gm²medio med. 148mm x 210mm com 50 folhas.	UND.	1,86	1000	1.860,00	Não
203638	Bloco para rascunho em pape ap/75gm² med.210mmx 297mm com 50 folhas.	RL	1,55	200	310,00	Não
229171	Bloco para recado; material: papel; cor: amarelo; largura: 38 mm; comprimento: 51 mm; removível; auto-adesivo com 1 cm; tipo: post-it; pacote com 4 blocos de 100.	UND.	0,27	2500	675,00	Não
203638	Bloco para recado; material: papel; cor: amarelo; largura: 76X102mm; comprimento: removível; auto-adesivo tipo: post-it; blocos com 100 folhas.	UND.	0,80	2000	1.600,00	Não
264123	Borracha apagadora de escrita, material plástico, comprimento: 42 mm, largura: 21 mm, altura: 11 mm, cor: branca, tipo macio, material da capa: plástico de vinil.	BL	0,23	1000	230,00	Não
286272	Borracha para grafite e tinta med.50x18x7mm.	UND.	0,14	1000	140,00	Não
301193	Borracha para grafite med. 70 x 10 x 25mm retangular cor verde.	UND.	0,27	1000	270,00	Não
234244	Caixa em papelão para arquivo med. 363 x 248 x 140mm.	UND.	0,88	10000	8.800,00	Não
289405	Caneta esférica azul; requisitos obrigatórios: corpo sextavado externamente com impressão da marca do fabricante; ponta em aço inoxidável com esfera de tungstênio; orifício lateral para ventilação da carga; corpo em cor cristal transparente; corpo reforçado que não quebre durante pressão por manuseio; tubo da carga não inferior a 11 cm de comprimento e 2 mm de diâmetro interno, contendo, no mínimo, 10 cm de tinta; tubo da carga e tampa do fundo encaixados sob pressão; Tipo de escrita: média; Prazo de validade impresso na embalagem (caixa) e não inferior a 2 anos, a partir da data de re bimento pelo MTE; referência: Bic ou similar em qualidade e desempenho. (Amostra obrigatória).	UND.	0,30	15000	4.500,00	Não

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Fonte: Ministério da Cultura

Bens de Consumo	
1 - Material de Expediente	O papel e outros itens que utilizam madeira como matéria prima deverá ser confeccionada com madeira de origem legal. Caberá ao fornecedor apresentar a declaração que ateste o cumprimento da exigência quanto à origem da madeira.
	Utilizar Itens derivados de papel de preferência reciclados (envelopes, pastas, agendas, cartões de visitas), sendo o material produzido por material recicláveis, atóxicos e/ou biodegradáveis.
	Quanto à destinação do material, verificar o Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006.
2 - Material de Limpeza	Utilizar materiais menos agressivos ao meio ambiente.
	Produtos fabricados com tensoativos biodegradáveis e de preferência com matéria prima de origem vegetal e não poluente.
	As embalagens dos produtos utilizados deverão ser proveniente de material reciclado ou recicláveis.
	Os produtos deverão ser preferencialmente comercializados na forma de refil.
	Os produtos deverão ser notificados ou registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme determina legislação específica.
	Constar no edital critérios de ergonomia, em conformidade com a NR-17/Ministério do Trabalho e Emprego e os Relatórios de Ensaio do Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO em conformidade com as Normas Técnicas Brasileiras.
Mobiliários fabricados com madeira devem possuir o certificado de procedência da madeira (Documento de Origem Florestal – DOF, emitido pelo IBAMA).	
Resíduos Perigosos	
Lâmpadas	Adquirir modelos fluorescentes compactos, de alta eficiência energética, com Selo Procel de Economia, ou tubulares de alto rendimento.
	Nas aquisições de lâmpadas o fornecedor deverá indicar como será feita a coleta dos resíduos conforme determina a Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010.
Pilhas e Baterias	Para a compra desse item, deverá apresentar laudo do laboratório acreditado pelo INMETRO, comprovando os teores máximos permitidos de chumbo, cádmio e mercúrio, previstos na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 401.
	Devem ser adquiridas pilhas e baterias de fabricantes ou importadores que estejam inscritos no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CFT.
	Nas aquisições de pilhas e baterias o fornecedor deverá indicar como será feita a coleta dos resíduos conforme determina a Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. Verificar a legislação local para recolhimento de pilhas e baterias, O armazenamento deverá atender a critérios ambientais.
Cartuchos e Toner	Nas aquisições de cartuchos de tinta e toner, o fornecedor deverá indicar o recolhimento do resíduo seguindo as diretrizes da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Inventário de Materiais de Consumo Adquiridos entre Janeiro de 2012 e Fevereiro de 2013

Código	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Total (R\$)	Item Sustentável
311.416	Alcool absoluto	48	Litro	194,40	Não
244.273	Alcool gel	130	Galão com 5 litros	4.089,50	Não
203.291	Almofada permanente, pequena (80 x 120 mm) – Cor preta	369	Unidade	2.473,92	Não
203.279	Almofada permanente, grande (100 x 170 mm) – Cor preta	106	Unidade	481,14	Não
203.293	Almofada permanente, pequena (80 x 120 mm) – Cor vermelha	12	Unidade	120,00	Não
203.488	Apagador para quadro magnético	52	Unidade	288,16	Não
202.514	Apontador de lápis para mesa	55	Unidade	1.149,25	Não
228.331	Apontador de lápis, plástico, um furo	24	Unidade	2,64	Não
234.051	Apontador de metal para lápis, um furo	90	Unidade	52,50	Não
241.594	Bandeira nacional do Brasil	8	Unidade	1.835,00	Não
246.336	Bandeiras do Governo do Distrito Federal e do Banco Central do Brasil	10	Unidade	2.535,00	Não
263.321	Bandeiras estrangeiras	1	Unidade	1.808,80	Não
239.400	Base para fita adesiva	123	Unidade	735,54	Não
353.255	Bloco post-it 657, 76 x 102 mm	300	Bloco com 100 folhas	1.542,00	Não
340.215	Bobina papel sulfite p/ plotter, 914 mm x 50 m – 75 g/m ²	25	Unidade	550,00	Não
285.045	Bobina papel termo sensível, 57 x 45 mm p/ impressora térmica	100	Unidade	230,00	Não
200.541	Bobina para calculadora G.Teknica – Formato 57 x 65 mm	60	Unidade	50,40	Não
200.541	Bobina para calculadora Sharp cs4266 e Dismac – Formato 70 x 65 mm	10	Unidade	6,50	Não
200.711	Borracha para lápis, tipo desenho	2.374	Unidade	1.809,42	Não
243.079	Caixa arquivo desmontável confeccionada em papelão corrugado	6.925	Unidade	24.237,50	Não
314.998	Caixa para papéis, moldada em poliestireno preto	12	Unidade	130,80	Não
336.707	Caneta esferográfica comum carga azul	4.900	Unidade	1.435,22	Não
336.709	Caneta esferográfica comum carga preta	2.950	Unidade	1.197,72	Não
336.710	Caneta esferográfica comum carga vermelha	1.500	Unidade	486,61	Não
405.279	Caneta material reciclável	8.750	Unidade	7.875,00	Sim
278.728	Capa p/ encadernação em PVC, tamanho A4	580	Jogo	110,20	Não
282.620	Capa para folha de ponto	190	Unidade	576,00	Não
281.151	Capa para processo-papel alcalino, com 20% fibra longa, 240 g/m ²	1.152	Pacote com 50 unidade		

III Inventário



Apresentamos o inventário com ações descritas em planilhas elaboradas por seus responsáveis, em suas respectivas áreas. Estas ações são consideradas emergenciais e factíveis de serem implementadas no período de tempo estabelecido.

Os próximos editais de compra e contratações a partir de agora, deverão ter seus objetos avaliados por uma comissão de compras com base nas especificações dos sites abaixo:

<http://www.comprasnet.og.br>

http://www.bec.sp.gov.br/BEC_Catalogo_UI/CatalogoPesquisaSocioAmbiental.aspx

DIAGNÓSTICO II. INVENTÁRIO DE PRÁTICAS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Levantamento das práticas de sustentabilidade e/ ou racionalização do uso de materiais e serviços

(É um relatório utilizado para conhecer as práticas de sustentabilidade e/ ou racionalização do uso de materiais e serviços no âmbito do órgão ou entidade, tal qual o levantamento de inventário, esse relatório facilitará a construção do Plano de Ação, bem como permitirá a identificação de oportunidades de melhoria)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

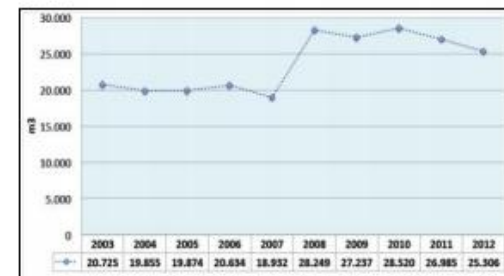
Histórico de práticas

Apêndice 2 – Diagnóstico de Práticas de Sustentabilidade e de Racionalização do Uso de Materiais e Serviços Implementadas no MMA e SFB

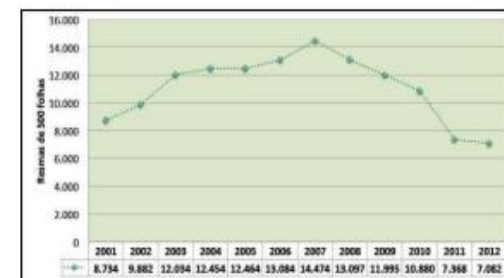
A realização do diagnóstico é fundamental para que se possa planejar a implementação de ações mais eficientes. Para tanto, procedeu-se ao levantamento das práticas já implementadas no MMA e SFB no âmbito do programa A3P e do Projeto Esplanada Sustentável - PES, bem como a identificação de oportunidades de melhorias a serem incluídas nos planos de ação. As informações constantes do presente diagnóstico foram apresentadas pelos representantes da A3P e do PES.

Em relação ao consumo de bens e recursos naturais foram utilizados como referenciais os dados do monitoramento (série histórica) do Programa A3P. Os dados desse programa também foram referenciais para os levantamentos das práticas ambientais e de desfazimento adotadas.

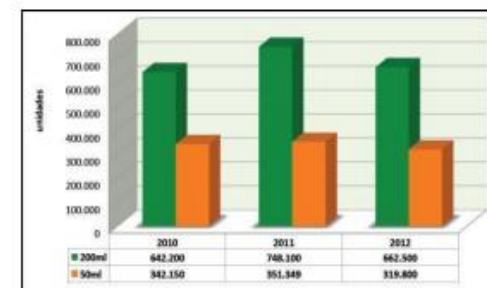
1.1.2 Consumo de Água



1.1.3 Consumo de Papel



1.1.4 Copos descartáveis



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

PLANO DE AÇÃO MATERIAL DE CONSUMO				
Objetivo: Racionalizar o uso de material de consumo			Responsável: Fábio Bruno	
ORDEM	AÇÕES	META	INÍCIO	FIM
1	Diminuir a aquisição de copos descartáveis	Promoção da substituição de uso de copos descartáveis por reaproveitáveis	Out/13	Dez/14
2	Substituir papel branco clorado por papel branco menos clorado ou reciclado	Redução da compra de papel branco clorado	Out/13	Dez/14
3	Estudar a viabilização para terceirização de impressão e de criação de "ilhas de impressão"	Apuração da viabilidade da terceirização sob o ponto de vista econômico e de eficiência operacional	Out/13	Dez/14
4	Promover campanha de conscientização sobre uso de copos, papéis, envelopes e outros materiais de consumo.	Estimulação do uso racional de material de escritório e copa pela comunidade da UFSJ	Out/13	Dez/14
5	Capacitação dos usuários a cerca do tema	Difundir a importância do uso sustentável do material de consumo	Novem bro/13	-
ÁREAS ENVOLVIDAS				
Divisão de Materiais e Patrimônio, PPLAN, PROGP				
RECURSOS				
HUMANOS		FINANCEIROS	OBSERVAÇÕES	
Dois servidores para implantação das ações.		Em relação às ações descritas acima haverá necessidade de recursos financeiros para atingir as metas.		

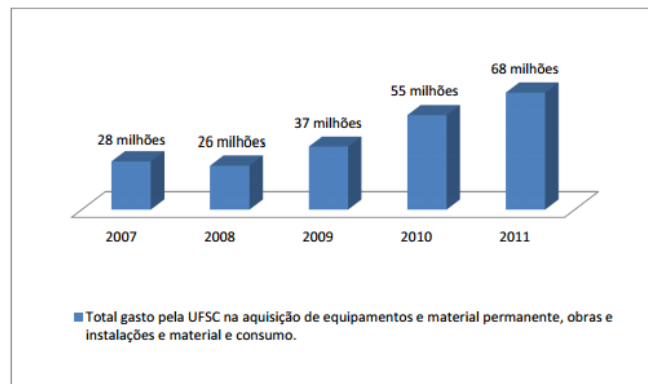


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Tabela 1 - Situação atual X Situação ideal dos resíduos na UFSC (em conformidade com as legislações)

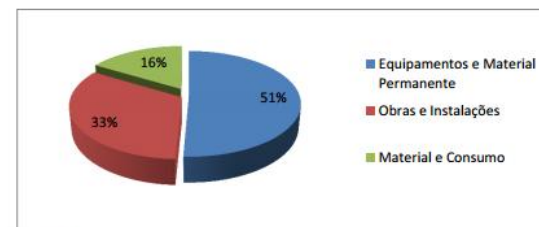
RESÍDUO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO IDEAL
RESÍDUOS RECICLÁVEIS	Coleta convencional, sem qualquer tipo de separação. Funcionários terceirizados separam cerca de 10% do volume total para venda informal.	Estimular a formação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; Decreto Federal nº 5.940/2006 e Lei nº 12.305/2010.
RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE E BIOLÓGICO	São pré-tratados, acondicionados conforme a Anvisa (RDC nº 33/2003) e recolhidos para a destinação final sob responsabilidade da empresa terceirizada ProActiva.	Melhorar os procedimentos operacionais e acompanhar a destinação final dos resíduos.
RESÍDUOS LABORATORIAIS (QUÍMICOS)	A UFSC, por meio da Portaria nº 0320/GR/97, implementa o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Químicos. A coleta e a destinação final são realizadas pela empresa especializada Proactiva.	Melhorar os procedimentos operacionais e acompanhar a destinação final dos resíduos.
RESÍDUOS ELETRÔNICOS	Portaria nº 007/GR/2007 estabelece que o material deve ser encaminhado ao Departamento de Gestão Patrimonial, onde permanece armazenado em almoxarifado até definição de sua destinação.	Art. 33 da Política Nacional dos Resíduos Sólidos; Lei nº 12.305/2010 - obriga a estruturação e implementação de sistema de logística reversa.
RESÍDUOS ORGÂNICOS	Encaminhados para o pátio de compostagem ³ .	Solução está de acordo com o art. 36 da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010.
REJEITO	Encaminhados para a coleta convencional da COMCAP, direcionados para o aterro sanitário.	Solução está de acordo com a Lei nº 12.305/2010, que define a adoção de disposição final ambientalmente adequada.
RESÍDUOS DE VARRIÇÃO E PODA	Depositados em caçambas para posterior recolhimento pela COMCAP em coleta convencional e direcionados ao aterro sanitário. A UFSC possui, também, contrato com a empresa EcoEficiência, que é responsável pela destinação dos resíduos de varrição e poda.	Possuir um sistema próprio de beneficiamento do material que privilegie a destinação para compostagem e jardinagem.

Gráfico 1 - Comparativo dos gastos da UFSC em aquisições nos elementos de despesa: equipamentos e material permanente, obras e instalações e material e consumo entre os anos de 2007 e 2011



Fonte: BRASIL, 2012 (apud Becker, 2012, p. 19)

Gráfico 2 - Perfil das compras da UFSC por elemento de despesa entre os anos de 2007 e 2011



Fonte: BRASIL, 2012 (apud BECKER, 2012).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

ANEXO I – Práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços

Plano de ação: Material de Consumo

Objetivo: Reduzir o consumo de materiais visando os critérios de sustentabilidade e de combate ao desperdício

Meta: Redução de 10% do consumo de papel e copo

Indicadores: Quantidade de cópias digitalizadas

Taxa de variação do consumo de papel branco (branqueado)

Taxa de variação do consumo de copos de 200 ml descartáveis

Taxa de variação do consumo de copos de 50 ml descartáveis

Ações	Unidade responsável	Meta	Prazo de implementação	Detalhamento da implementação	Recursos previstos
1- Substituição da cópia reprográfica pela cópia digital, quando possível, nas requisições de cópias de processos encaminhadas ao setor de reprografia	SPOA/CGRL	Cópias digitais implementadas	Junho de 2013 a Junho de 2014	Definição de procedimento específico de encaminhamento de processos da SCE para o setor de reprografia (A cópia digital em substituição à cópia reprográfica será utilizada principalmente nas requisições de cópias de processos atualmente feitas por terceiros, tanto no âmbito da SPOA/CGRL como da Secretaria de Comunicação Eletrônica).	Equipe da CGRL
2 – Unificação dos contratos de serviços de impressão	SPOA/CGRL e CGTI	Contratos de impressão unificados	Julho de 2013 a janeiro de 2014	Elaboração de estudos técnicos para dimensionamento das necessidades de equipamento e de impressões; definição dos requisitos do serviço de impressão; realização da licitação.	Equipe da CGRL e da CGTI
3 – Acompanhamento do consumo mensal de papel e de copos plásticos	SPOA/CGRL	Acompanhamento realizado	Junho de 2013 a junho de 2014	Geração de relatórios mensais de consumo de papel e de copos plásticos.	Equipe da CGRL
4 - Readequar a	SPOA/CGRL	Distribuição	Junho de 2013 a	A quantidade de copos descartáveis a ser distribuída	Equipe da CGRL

Planos de Ação

- Objetivo
- Meta geral
- Ações implantadas
- Iniciativas
- Histórico físico e financeiro
- Plano de Ação
- Indicadores
- Previsão de Recursos
- Identificação de riscos
- Cronograma



PLANO DE AÇÃO **MATERIAL DE CONSUMO**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

I - MATERIAL DE CONSUMO

Ação: Realizar campanha de conscientização quanto ao uso sustentável de papéis, copos descartáveis cartuchos de impressão

Objetivo: Conscientização dos servidores para o uso racional de papéis, copos descartáveis e cartuchos de impressão em suas atividades rotineiras, visando a redução de gastos desses materiais

Unidades envolvidas na implementação: Assessoria de Comunicação

Responsáveis: Chefe Assessor de Comunicação

Cronograma de implementação:

	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
1º	Elaboração das informações a serem veiculadas para conscientização											
2º				Diagramação das informações								
3º							Divulgação do material nas dependências do Ministério e seus anexo					

Metas: Reduzir em pelo menos 5% do consumo de papel e tonner

Previsão de recursos financeiros: Já estão contemplados no contrato de serviços reprográficos



Previsão de recursos humanos: Servidores lotados na Assessoria de Comunicação

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Material de consumo

Período de avaliação: 13/05/2013 a 15/11/2013

Tema	Ação	Objetivo	Práticas
- Papel de impressão	Redução do consumo de papel com as fotocópias de documentos em frente e verso no SETRE.	Redução de 10% no consumo e papel. Redução de 10% do valor gasto em milhares de páginas impressas.	
- Copos descartáveis	Substituir os atuais copos plásticos, por outros que propiciem a reutilização ou a reciclagem.	Redução em 80% do uso de copos de plástico.	 
- Cartucho para impressão	Reduzir o consumo de toner.	Redução de 30% no consumo de caixas de toners utilizados nas impressoras do FNDE.	



[PRÁTICA SUSTENTÁVEL](#)



[PRÁTICA DE RACIONALIZAÇÃO](#)

PLANO DE AÇÃO **ENERGIA ELÉTRICA**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Energia elétrica

Período de avaliação: 13/05/2013 a 15/11/2013

Tema e ação	Objetivo	Práticas
Redução de consumo de energia elétrica.	Redução de 10% no consumo de energia elétrica realizado pelas estações de trabalho. Redução de 10% do consumo de energia elétrica.	



PRÁTICA
SUSTENTÁVEL



PRÁTICA DE
RACIONALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



TEMA II: EFICIÊNCIA DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: Redução efetiva do consumo de energia elétrica (em kW/h).

Meta: Reduzir em 2% o consumo anual de energia elétrica (em kW/h).

Ação	Local	Responsável	Prazo	Etapas	Meta	Recursos
Adaptar os procedimentos de compra para adquirir produtos com maior eficiência energética	Administração Central	SPOA	Dezembro de 2014	<ul style="list-style-type: none">Adaptar termos de referencia para aquisição de bens que tenham maior eficiência no consumo de energia	Modificar 100% dos termos de referencia do MTE que possuem aquisição de produtos que utilizem energia elétrica	Equipe da CGRL
Substituir aparelhos de ar condicionado com baixa eficiência energética	Administração Central	SPOA	Dezembro de 2014	<ul style="list-style-type: none">Mapear aparelhos de ar condicionado atualmente utilizadorAdquirir aparelhos de ar condicionado eficientesEfetuar troca dos aparelhos menos eficientes	Substituir 10% dos equipamentos de ar condicionado	Equipe da CGRL + Estimativa de R\$ 50.000,00

Indicadores:

- Índice de consumo de energia elétrica: _____
- Índice de substituição de aparelhos de ar condicionado: _____

PLANO DE AÇÃO **ÁGUA E ESGOTO**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Água e esgoto

Período de avaliação: 13/05/2013 a 15/11/2013

Tema e ação	Objetivo	Práticas
Redução do consumo de água e esgoto.	Redução de 10% do consumo de água e esgoto anual.	



PRÁTICA
SUSTENTÁVEL



PRÁTICA DE
RACIONALIZAÇÃO

Plano de Ação 3 – Água e esgoto

I – Objetivo

Estimular práticas de sustentabilidade e racionalização do uso da água nas áreas edificadas e no campus do Observatório Nacional.

II - Detalhamento de implementação das ações:

- . Será realizada vistoria para o diagnóstico das instalações hidráulicas, compreendendo torneiras, descargas e possíveis vazamentos para os devidos reparos;
- . Acompanhamento e divulgação do consumo mensal de água.

Atualmente o ON divide o consumo de água e esgoto com o MAST. O Gráfico 2 apresenta o gasto das duas Unidades nos últimos oito meses. Verifica-se um gasto médio mensal em torno de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais). Este gasto corresponde a um volume médio diário de 17,60m³, sendo estimados 40 litros per capita, considerando um público médio diário de 450 pessoas que circulam no campus. Conclui-se esse consumo está dentro dos padrões adequados de acordo com o especificado na Coletânea de Melhores Práticas de Gestão do Gasto Público (SOF/MP).

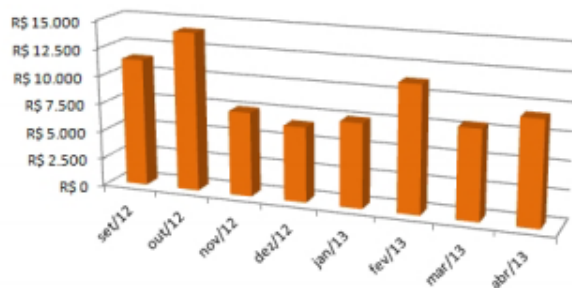


Gráfico 2 – Gasto com Água e Esgoto



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



III - Unidades e áreas envolvidas para implementação:

- . Comissão Gestora do PLS;
- . Serviço de Apoio Logístico - SAL

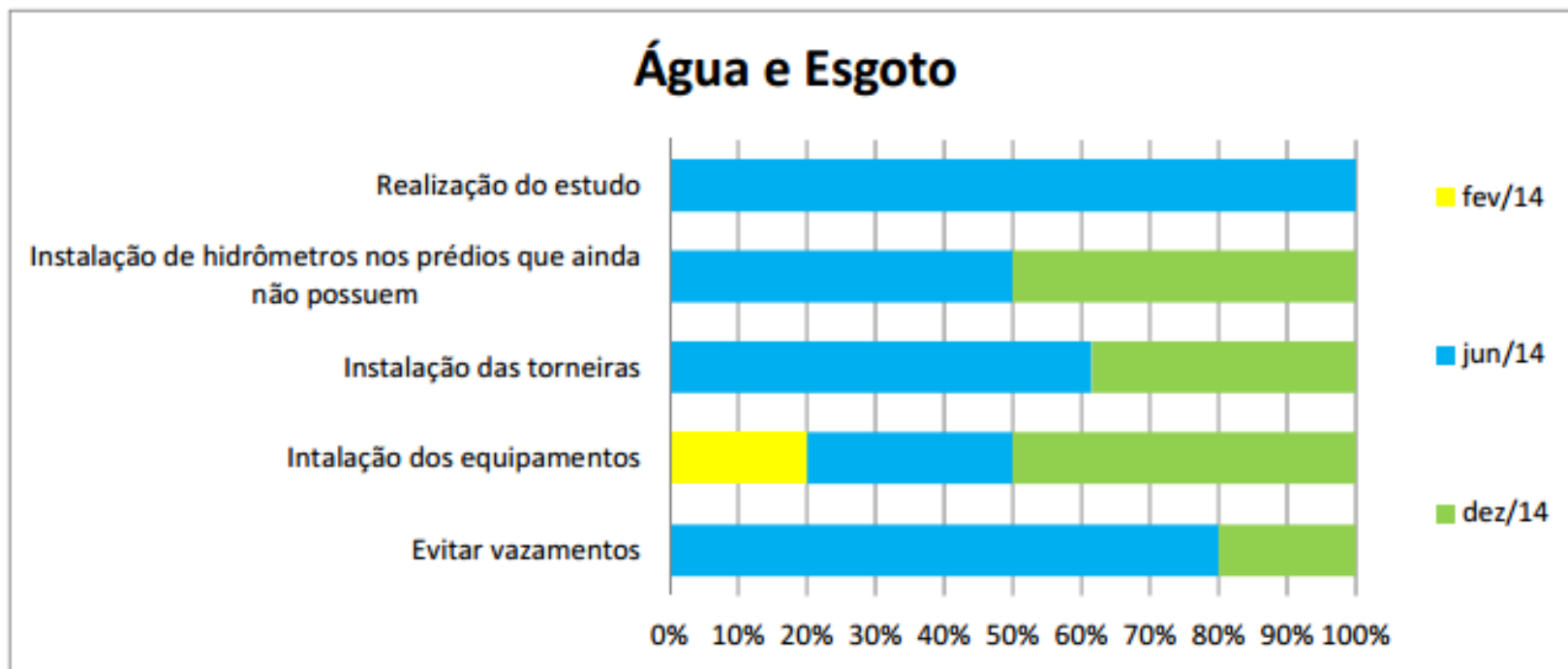
IV - Metas a serem alcançadas:

- . Monitorar o consumo para identificar possíveis gastos atípicos.
- . Levantar custos para a substituição das descargas e torneiras tradicionais por outras mais econômicas;
- . Realizar campanhas de conscientização a fim de evitar os desperdícios;
- . Redução do consumo da água;

V - Cronograma de implantação das ações

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES							
Atividade/Mês	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Diagnóstico das instalações hidráulicas do campus	X	X					
Acompanhamento da ação	X	X	X	X	X	X	X
Avaliação de resultados.							X

↳ LINHA DE BASE/CRONOGRAMA:



PLANO DE AÇÃO **COLETA SELETIVA**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

PLANO DE LOGISTICA SUSTENTAVEL DA TRENSURB




8	Adequação ao Decreto Nº 5.940/2006 (Coleta Seletiva)	Gerenciamento adequado dos resíduos passivos de reciclagem; geração de emprego e renda nas cooperativas de triagem; redução de utilização de recursos naturais, aumento da vida útil dos aterros; atendimento ao Decreto federal Nº 5.940/2006. Educação ambiental, e geração de conscientização.	Promover a ampliação da coleta seletiva observada a Resolução do CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001, ou outra legislação que a substituir	SERAM - Carvalho GEOPE - Vera Cabreira	Atualmente recolhemos em média 3920 kg de resíduos por mês, que dá um total de 47.040 kg ano. Podemos estipular um aumento de 10 % neste recolhimento, ou seja, 4300 kg mes, ou 51.600 kg ano.	Sem custo	junho/2013	junho/2014
			Promover a destinação sustentável dos resíduos coletados	SERAM - Carvalho		Próprios	junho/2013	junho/2014
			Implantar a coleta seletiva solidária nos termos do Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006, ou outra legislação que a substituir	SERAM - Carvalho		Sem custo	Já iniciado	junho/2014
9	Destinação Adequada de resíduos perigosos	Dar a destinação correta aos resíduos industriais produzidos nas atividades de manutenção e lavagem de peças do trem, nas oficinas da TRENSURB e da limpeza das áreas de lavagens de trucks, conforme a legislação vigente para a preservação do meio ambiente.	Propor contratação de empresa ou consórcio de empresas para prestação de serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação de resíduos perigosos	SERAM - Carvalho SERAM - Gabriel	A mensuração será realizada com o Diagnóstico ambiental e o PGRS, só depois poderemos estipular metas.	Próprios	Já iniciado	junho/2014
10	Resíduos Orgânicos	Realizar o gerenciamento adequado dos resíduos orgânicos, através de procedimentos corretos de armazenagem e destinação final, de maneira que se evite a disposição e o acumulo deste material em locais inapropriados. Com isso, pretende-se cumprir com as leis e normas ambientais vigentes e contribuir para a preservação da qualidade ambiental.	Propor contratação de empresa ou consórcio de empresas para prestação de serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação de resíduos orgânicos	SERAM - Carvalho SERAM - Gabriel	Não temos mensuração fina, após o PGRS, teremos este dado e poderemos estipular ações e metas de redução. Observação: Houve um aumento devido aos resíduos do refeitório que agora estão sendo enviados juntos aos orgânicos da Trensurb.	Próprios	Já iniciado	junho/2014

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Coleta seletiva

Período de avaliação: 13/05/2013 a 15/11/2013

Tema e ação	Objetivo	Práticas
Promover a destinação sustentável dos resíduos coletados.	Distribuição de caixas e lixeiras em 80% das estações de trabalhos e impressoras institucionais.	



[PRÁTICA SUSTENTÁVEL](#)



[PRÁTICA DE RACIONALIZAÇÃO](#)

 FNE Sustentável

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

IV - COLETA SELETIVA

Ação: Colocação de lixeiras em pontos estratégicos das salas para separação dos resíduos em: não recicláveis; orgânicos e plásticos

Objetivo: Promover a separação dos resíduos nos edifícios sede, Anexo do Setor de Autarquia Sul e prédio da 102 Norte.

Unidades envolvidas na implementação: Serviço de Administração Predial – SEPRE e Seção de Administração Predial Externa - SEPEX

Responsáveis: Chefe de Serviço da Administração Predial e Chefes de Serviços de Administração Predial Externa.

Metas: Alocar 300 lixeiras em pontos estratégicos nas repartições do MDIC

Cronograma de implementação:

		Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
1º	Realizar Procedimento Licitatório para aquisição dos adesivos												
2º	Adesivar as lixeiras – 300 unidades												
3º	Definir o local adequado para colocação das lixeiras, com cartaz de orientação;												
4º	Execução da Coleta Seletiva												

Metas: Aumentar em 30% a coleta seletiva

Previsão de recursos financeiros: Orçamento MDIC

Previsão de recursos humanos: servidores lotados na ASCOM, SEPRE e SEPEX-DNRC-102NORTE


PLANO DE AÇÃO

QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO



Qualidade de vida no ambiente no trabalho

Período de avaliação: 13/05/2013 a 15/11/2013

Tema e ação	Objetivo	Práticas
Promover ações com focos na saúde física, saúde mental/psicológica e saúde social, que visem à valorização, a satisfação e o bem-estar dos servidores ativos e inativos, prestadores de serviços, contratados temporários e estagiários em seu ambiente de trabalho, de modo a contribuir para uma melhor qualidade de vida.	Realizar 17 ações previstas até novembro na agenda 2013 do Programa de Qualidade de Vida. Realizar o Prêmio FNDE Sustentável.	



[PRÁTICA SUSTENTÁVEL](#)



[PRÁTICA DE RACIONALIZAÇÃO](#)

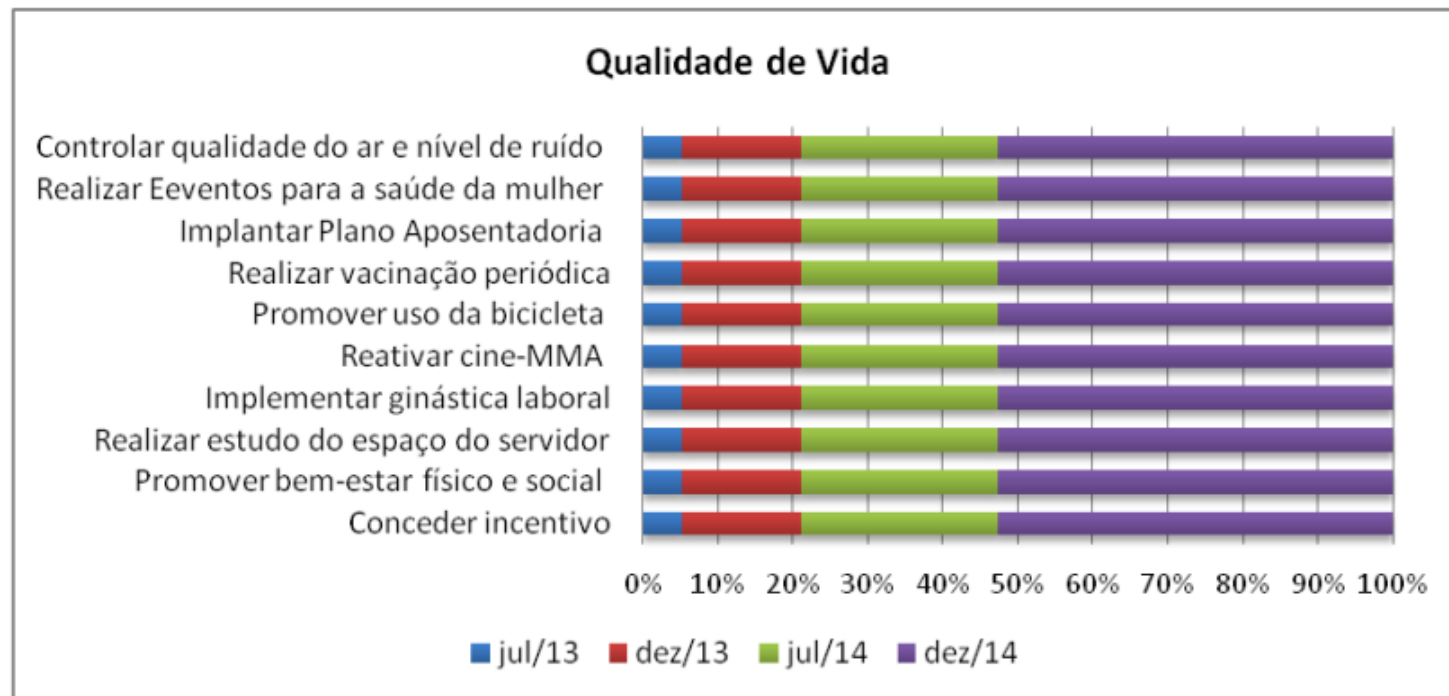
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

PREVISÃO DE RECURSOS:

- Servidores do quadro;
- Recursos financeiros.

LINHA DE BASE



PLANO DE AÇÃO
**COMPRAS E CONTRATAÇÕES
PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Fonte: Banco Central

Tema 10: Tecnologia da Informação

Objetivo: Implementar práticas sustentáveis nos processos de aquisição e terceirização de equipamentos de informática

Metas:

1. Garantir que, a partir de junho de 2013, 100% dos novos processos licitatórios relativos à aquisição de equipamentos de informática possuam cláusulas específicas sobre critérios de sustentabilidade ambiental em conformidade à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.
2. Garantir que, até maio de 2014, 100% dos contratos de terceirização de equipamentos de informática vigentes possuam cláusulas específicas sobre o atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e à Norma ABNT NBR 10.004/2004.

Item	Ação	Local	Responsável	Prazo	Etapas	Indicador	Meta	Recursos
1	Revisão das especificações técnicas dos editais de licitação relativos à aquisição de equipamentos de informática	Sede e Regionais	Deinf	Junho de 2013	<ul style="list-style-type: none">• Revisão do conteúdo editalício específico sobre sustentabilidade ambiental em conformidade à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010• Alteração dos editais de licitação, quando necessário	Índice de Conformidade Licitatória	100%	Equipe do Deinf
2	Revisão das especificações técnicas dos contratos de terceirização de equipamentos de informática (em andamento)	Sede e Regionais	Deinf	Maior de 2014	<ul style="list-style-type: none">• Revisão do conteúdo contratual específico sobre descarte de resíduos sólidos em conformidade à Lei nº 12.305, de 2010, e à Norma ABNT NBR 10.004/2004• Alteração dos editais de licitação ou repactuação dos instrumentos contratuais vigentes, quando necessário	Índice de Conformidade Contratual	100%	Equipe do Deinf

Indicadores:

Índice de Conformidade Licitatória (%) = (Quantidade de novas licitações conformes/Quantidade total de novas licitações) x 100



Índice de Conformidade Contratual (%) = (Quantidade de contratos conformes/Quantidade total de contratos) x 100

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Compras e contratações

Período de avaliação: 13/05/2013 a 15/11/2013

Tema	Ação	Objetivo	Práticas
<ul style="list-style-type: none">- Obras- Equipamentos- Serviços de vigilância- Limpeza-- Processamento de dados- Apoio administrativo- Manutenção predial	Regulamentar critérios e práticas de sustentabilidade no âmbito das compras governamentais realizadas pelo FNDE. Aprimorar a análise de termos de referência e projeto básico sob o aspecto da sustentabilidade. Aprimorar a fiscalização dos contratos dos serviços de limpeza, copeiragem e manutenção predial sob o aspecto da sustentabilidade.	Revisão da Resolução nº 20/2010 concluída e com abordagem da sustentabilidade. Indicação de um colaborador (amigo do andar) para atuar em cada andar dos edifícios sede e anexo do FNDE para verificação quanto à ocorrência de desperdícios ou outras formas de mal uso de recursos. Análise de 100% dos processos de compras e contratações realizados pela CGCOM quanto à previsão de requisitos de sustentabilidade.	 
<ul style="list-style-type: none">- Telefonia	Promover redução da despesa com telefonia.		



PRÁTICA SUSTENTÁVEL



PRÁTICA DE RACIONALIZAÇÃO





PLANO DE AÇÃO **DESLOCAMENTO DE PESSOAL**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Deslocamento de pessoal

Período de avaliação: 13/05/2013 a 15/11/2013

Tema	Ação	Objetivo	Práticas
- Meios de transporte - Redução de gastos - Emissões de poluentes	Redução do consumo de combustível e, por conseguinte, redução da despesa com transporte de documentos.	Reduzir a despesa em 10%	 



PRÁTICA
SUSTENTÁVEL



PRÁTICA DE
RACIONALIZAÇÃO

3.5 Programa de Deslocamento Sustentável

- OBJETIVO: reduzir emissão de substâncias poluentes e custos operacionais dos deslocamentos.

- INICIATIVAS:
 - 1 Viabilizar o uso de vídeo conferência para reuniões de trabalho que envolvam a participação de representantes do JBRJ em Comissões, Comitês e demais fóruns de discussão, entre as vinculadas do MMA, e fora da cidade do Rio de Janeiro e entre demais órgãos e entidades, visando redução de gastos com passagens;
 - 2 Realizar estudo para adequação os bicicletários do JBRJ já existentes para proteção contra a chuva;
 - 3 Realizar estudo de novas áreas para ampliação de bicicletários no JBRJ;
 - 4 Realizar estudo para viabilidade de uso de bicicletas elétricas para deslocamento entre a área do arboreto e o Horto e Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT);
 - 5 Realizar estudo para adaptação da frota de veículos para GNV;
 - 6 Aquisição/locação de veículos com selo de eficiência;
 - 7 Criar ferramentas de divulgação on-line e outras, para incentivar o uso da carona solidária através da intranet;
 - 8 Elaborar um diagnóstico da frota veicular e realizar um acompanhamento anual com relação à emissão de poluentes.

Fonte: Jardim Botânico

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- META GERAL: reduzir em 10% a emissão de CO2 veiculares até 2015 com base em 2012.
- CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO, RESULTADOS ESPERADOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADES:

Iniciativas	Resultados Esperados	Unidade Responsável	Data Início	Data Fim
1	Incremento no uso de video-conferência	Coordenação de Tecnologias de Informação e de Comunicação (CTIC) e servidores envolvidos	2013	2015
2	Estudo realizado	Coordenação de Restauração e Obras (CROMA)	2013	2014
3	Estudo realizado	Coordenação de Restauração e Obras (CROMA)	2014	2015
4	Estudo realizado	Coordenação de Recursos Logísticos (CRL)	2014	2015
5	Estudo realizado	Coordenação de Recursos Logísticos (CRL)	2014	2015
6	100%	Coordenação de Recursos Logísticos (CRL)	2013	2015
7	Ferramenta criada	Coordenação de Tecnologias de Informação e de Comunicação (CTIC) e Assessoria de Comunicação (ASCOM)	2013	2015
8	Diagnóstico realizado	Coordenação de Recursos Logísticos (CRL)	2013	2015

- IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS: falta de espaços físicos adequados e de equipamentos de videoconferência nos órgãos participantes das reuniões.
- PREVISÃO DE RECURSOS:
 - o Servidores do quadro;
 - o Recursos financeiros;
 - o Ferramenta online interativa de carona solidária.

Fonte: Jardim Botânico

CONTEÚDO MÍNIMO **AVALIAÇÃO**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Avaliação

(É a parte do PLS que apresenta a avaliação dos Planos de Ação, bem como a avaliação geral do plano, seguindo os objetivos definidos, para observar o atendimento ou não às propostas realizadas e metas estabelecidas. A partir daí será possível verificar se a proposta alcançou os entendimentos definidos pela Comissão Gestora, buscando-se melhorar o que vem funcionando bem e substituir o que não apresentou sucesso, bem como identificar os problemas das falhas)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



Análises e Resultados

Material de Consumo

- » [Papel para Impressão](#)
- » [Copos Descartáveis](#)
- » [Cartuchos para Impressão](#)

Energia Elétrica

- » [Análise](#)

Água e Esgoto

- » [Análise](#)

Coleta Seletiva

- » [Análise](#)

Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

- » [Programa Qualidade de Vida](#)
- » [Ar-Condicionado](#)

Compras e Contratações

- » [Manutenção Predial](#)
- » [Critérios e Práticas de Sustentabilidade](#)

Deslocamento de pessoal

- » [Análise](#)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL Material de Consumo - Papel para Impressão



ANÁLISE E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

O Plano desenvolvido por esta Divisão previu a redução em 10% (dez por cento) do uso de folhas de papel dos números de cópias nos serviços de reprografia do FNDE. Os dados foram colhidos entre os meses de abril a novembro de 2013.

Houve uma avaliação do resultado no mês de agosto de 2013 e, por ter obtido um resultado positivo, definiu-se a promoção de uma campanha para garantir a continuidade do novo procedimento e a redução dos custos em outros setores, uma vez que o piloto foi o Setor de Reprografia do FNDE.

RESULTADOS

Tendo como base os dados obtidos em abril de 2013, observou-se, no período em análise, que houve uma redução do uso de papel em 25,74%.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL Material de Consumo - Copos descartáveis



ANÁLISE E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

O Plano de Ação consistiu na aquisição de copos com matéria prima específica a fim de minimizar o impacto ambiental. Após pesquisa optou-se pela aquisição de canecas confeccionadas com fibra natural de coco, que resultaria na redução do uso de copos plásticos pelos servidores e colaboradores.

RESULTADOS

O material foi adquirido e entregue em 29/12/2013, após o processo administrativo formal de compra, não tendo sido oportunizado a apuração em relação à redução do consumo, considerando o tempo decorrido para a aquisição.

Entretanto, a distribuição de forma racionalizada, contribuiu efetivamente para a redução da distribuição e consequente consumo de copos.

Deixou de ser computado o quantitativo do uso em maio/2013, visto que não havia o material em estoque suficiente no almoxarifado, bem como não apurado no mês de novembro/2013, quando ocorreu suspensão do fornecimento para fins de encerramento de exercício.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL Material de Consumo - Cartucho para Impressão



ANÁLISE E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

O resultado esperado para o material de consumo sustentável atingiu parcialmente a meta de economicidade prevista no Plano de Gestão de Logística Sustentável. A meta pretendida foi de 30% de economia no consumo de caixas de toners utilizados nas impressoras.

O indicador de economicidade é efetuado com base em dois indicadores. O primeiro indicador, de índice de consumo de toner por milheiro de papel é feito dividindo-se o número de caixas de toner pelo milheiro de páginas impressas.

$$ICT = \frac{NCT}{MPI}$$

Sendo:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL Água e Esgoto



ANÁLISE E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

A meta proposta de redução de 10% no valor do consumo e da fatura de água e esgoto, no período avaliado, foi alcançada exclusivamente no mês de julho/2013.

RESULTADOS

A partir do mês de julho, houve registro de aumento do número de servidores e funcionários terceirizados. Tal aumento é equivalente ao crescimento da população fixa do órgão, advindo da nomeação de 144 servidores no período entre maio e agosto de 2013, bem como de 47 funcionários terceirizados relativos ao novo contrato da área de apoio administrativo, o que equivale ao aumento de 39% da força de trabalho.

A realização de campanhas durante o período de implementação do plano não foi suficiente para conter a elevação do consumo, principalmente após o mês de agosto, em que se iniciou a prestação do contrato de copeiragem e recepção nos edifícios Sede e Eley Meirelles. Esse contrato possui como parte do objeto de execução a higienização de utensílios e serviço individualizado, e se relaciona diretamente com o consumo de água.

A intensificação das campanhas a partir de outubro/2013 promoveu a redução do consumo em 17% oportunizando a revisão das ações empreendidas no início do período.



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL Energia Elétrica



ANÁLISE E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

A meta proposta de redução de 10% no valor do consumo e da fatura de energia elétrica, no período avaliado, foi alcançada exclusivamente no mês de julho/2013.

RESULTADOS

A partir do mês de julho, houve acréscimo de aproximadamente 15% (dez por cento) no valor dos indicadores utilizados. Tal aumento é equivalente ao crescimento da população fixa do órgão, advindo da nomeação de 144 servidores no período entre maio e agosto de 2013, bem como de 47 funcionários terceirizados relativos ao novo contrato da área de apoio administrativo, o que equivale ao aumento de 39% da força de trabalho. Esse fato implicou em novos pontos de serviços de telefonia VoIP e na instalação de cerca de 190 estações de trabalho, que resultaram na elevação de consumo de cerca de 11.000 KW/h por mês, se ligadas em média 8 horas por dia. Ainda, a partir de agosto também foi celebrado o contrato 199/2013, que engloba os serviços de recepção e de copeiragem, que acomodou mais 52 colaboradores nas dependências da autarquia.

- *Aumento do número de servidores*
- *Férias*
- *Conscientização*

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Deslocamento de pessoal



ANÁLISE E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

Para esta ação foi adotada a prática de racionalização para o alcance da meta em reduzir a despesa com o deslocamento de pessoal em 10% no período apurado.

Para tanto foram produzidos campanhas de conscientização sobre o uso racional de veículo, conforme mensagem abaixo, que consistiu na fixação de horário pré-definidos, oportunizando a redução na quilometragem diária.

A mensagem foi veiculada nos e-mail dos servidores e colaboradores, bem como mantida como protetor de tela, para estimular a participação de todos. Além desta ação, visitas presenciais foram realizadas, informando da necessidade da adoção do novo padrão de uso do transporte institucional.

O acompanhamento sistemático dos relatórios gerenciais propiciaram o regular acompanhamento, evitando os desvios na ação pretendida.

MENSAGEM UTILIZADA

Pequenas cargas, deslocamentos reduzidos

A CGLOG fixou horários para remessa de pequenas cargas* do FNDE a destinos diversos.

Destino MEC

Saídas do FNDE:

11h – com entrega no setor de protocolo até 10h

16h – com entrega no setor de protocolo até 15h30

Destino Correios e outros locais

Saída do FNDE:

14h – com entrega no setor de protocolo até 12h



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Coleta Seletiva



ANÁLISE E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

A coleta seletiva tem como objetivo promover a destinação sustentável dos resíduos. Enquanto tramitava o processo de aquisição das lixeiras específicas para a coleta, foi ajustado junto à empresa de limpeza o fornecimento de sacos plásticos em cores padronizadas, o que deu início à identificação do descarte de resíduos por parte dos usuários.

O acondicionamento dos resíduos em sacos plásticos de cores diferenciadas observou o padrão adotado em conformidade com a Resolução nº275, de 25/4/2001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

RESULTADOS

O procedimento administrativo para aquisição das referidas lixeiras foi finalizado, e as mesmas se encontram em condição de distribuição nos andares, nas estações de trabalho, bem como nas copas, o que irá proporcionar um trabalho efetivo de educação ambiental sobre o tema.



Coletor para estação de trabalho;



Lixeira para Porta Copos;



Conjunto de lixeiras para Coleta Seletiva – Sem Tampa

CONTEÚDO MÍNIMO
**DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E
CAPACITAÇÃO**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Divulgação, conscientização e capacitação

(busca apresentar quais serão as ações de divulgação do plano, bem como de todas as estratégias elaboradas para implementação dos planos de ação. Além disso, é necessário definir quais serão as estratégias para sensibilização e conscientização do público-alvo e as capacitações dos servidores para sua concretização e formação de multiplicadores)

3. Ações de divulgação, conscientização e capacitação

As ações de divulgação, conscientização e capacitação serão definidas e executadas conjuntamente com a Assessoria de Comunicação abrangendo:

- divulgação na intranet de notícias e material de sensibilização e conscientização referentes ao tema de sustentabilidade;
- elaboração de folders e banners;
- promoção de campanhas em áreas temáticas como coleta seletiva solidária;
- treinamento dos funcionários da limpeza responsáveis pela coleta e separação dos resíduos;
- divulgação dos resultados parciais das ações implementadas no PLS; e
- divulgação de boas práticas de sustentabilidade.

Fonte: Ministério das Comunicações

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



TEMA VIII: DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO.

Objetivo: Capacitar servidores em assuntos sobre gestão de logística sustentável

Meta: Implementar no plano de capacitação curso direcionado à logística sustentável

Ação	Local	Responsável	Prazo	Etapas	Meta	Recursos
Realizar campanhas de conscientização das práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços	Administração Central	SE	Dezembro de 2014	<ul style="list-style-type: none">Desenvolver campanha de conscientização para redução de consumo de papel, toner e cartucho, energia elétrica, água, telefonia, copos descartáveis e uso dos veículos.Desenvolver campanha sobre coleta seletiva e qualidade de vida no trabalhoDivulgação das campanhas	Campanha implementada	Equipe da comissão CSS, equipe da ASCOM e equipe do CGRH + Custos a definir
Ofertar capacitação sobre logística sustentável	Administração Central	SPOA	Dezembro de 2014	<ul style="list-style-type: none">Mapeamento dos conhecimentos essenciaisIdentificação do público-alvo para os conhecimentos essenciaisRealização das ações educacionais prioritizadas	Capacitação realizada	Equipe de CGRH + Custos a definir

Indicadores:

- Quantidade de campanhas e capacitações realizadas

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Tema 12: Capacitação educacional

Item	Ação	Etapas	2013							2014												
			Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1	Implementação de Plano Educacional sobre Gestão de Logística Sustentável	Mapeamento dos conhecimentos essenciais																				
		Identificação do público-alvo para os conhecimentos essenciais																				
		Levantamento das ações educacionais adequadas à aquisição dos conhecimentos essenciais																				
		Orçamento de custos das ações educacionais prioritizadas que atendam aos conhecimentos essenciais																				
		Realização das ações educacionais prioritizadas																				

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Tema 13: Comunicação interna

Item	Ação	Etapas	2013							2014						
			Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	Implementação de Plano de Comunicação Interna sobre uso consciente de papel	Definição dos objetivos específicos														
		Desenvolvimento do Plano de Comunicação Interna														
		Estimativa de custos														
		Aprovação e implementação do Plano de Comunicação Interna														
2	Implementação de Plano de Comunicação Interna sobre uso consciente de copos descartáveis	Definição dos objetivos específicos														
		Desenvolvimento do Plano de Comunicação Interna														
		Estimativa de custos														
		Aprovação e implementação do Plano de Comunicação Interna														

CONTEÚDO MÍNIMO **REFERÊNCIAS**

- Referências

(Seção que irá indicar todo o material consultado para a elaboração o Plano de Gestão de Logística Sustentável)

CONTEÚDO MÍNIMO **ANEXOS/APÊNDICES**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Anexos/Apêndices

(Seção que irá dispor de informações adicionais que não constam no corpo do PLS, porém deverão ser incorporadas ao PLS, como normas, quadros, tabelas, Portarias, etc. criados ou não pela Comissão.)

An old African proverb says:

*“If you want to go quickly, go alone;
If you want to go far, go together”*

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Rafael Setúbal Arantes
Jhessica Cardoso
Marina Ferreira

Departamento de Logística – DELOG
Coordenação Geral de Estratégia de Contratações – CGEST

Secretaria Executiva CISAP
cisap@planejamento.gov.br

<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br>
<http://www.comprasnet.gov.br>